

DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA

Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal

Ano XXXIII - 9ª Legislatura

Suplemento do DCL Nº 74

Brasília, sexta-feira, 12 de abril de 2024

Sumário

Seção 3

Ata Sucinta da 26ª Sessão Ordinária.....	3
Ata Sucinta da 14ª Sessão Extraordinária.....	14
Ata Circunstanciada da 26ª Sessão Ordinária.....	21
Ata Circunstanciada da 14ª Sessão Extraordinária ..	54
Ata Circunstanciada da 15ª Sessão Extraordinária...	65



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Mesa Diretora

Presidente: Deputado Wellington Luiz

Vice-Presidente: Deputado Ricardo Vale

Primeiro Secretário: Deputado Pastor Daniel de Castro - **Suplente:** Deputado Pepa

Segundo Secretário: Deputado Roosevelt - **Suplente:** Deputada Doutora Jane

Terceiro Secretário: Deputado Martins Machado - **Suplente:** Deputado Eduardo Pedrosa



COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA		COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E CULTURA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Thiago Manzoni Vice-Presidente: Chico Vigilante Robério Negreiros Fábio Felix Iolando	Joaquim Roriz Neto Gabriel Magno Martins Machado Max Maciel Hermeto	Presidente: Gabriel Magno Vice-Presidente: Dayse Amarílio Thiago Manzoni Jorge Vianna Ricardo Vale	Chico Vigilante Paula Belmonte Roosevelt Robério Negreiros Martins Machado
COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS		COMISSÃO DE SEGURANÇA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Eduardo Pedrosa Vice-Presidente: Joaquim Roriz Neto Paula Belmonte Jaqueline Silva Jorge Vianna	Martins Machado Daniel Donizet João Cardoso Doutora Jane Robério Negreiros	Presidente: Doutora Jane Pastor Daniel de Castro Roosevelt Hermeto Iolando	Jorge Vianna Pepa Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS		COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MEIO AMBIENTE E TURISMO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Dayse Amarílio Vice-Presidente: Max Maciel João Cardoso Martins Machado Pastor Daniel de Castro	Ricardo Vale Fábio Felix Paula Belmonte Eduardo Pedrosa Jorge Vianna	Presidente: Daniel Donizet Vice-Presidente: Paula Belmonte Doutora Jane Rogério Morro da Cruz Joaquim Roriz Neto	Thiago Manzoni João Cardoso Jaqueline Silva Jorge Vianna Martins Machado
COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR		COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, GOVERNANÇA, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Chico Vigilante Vice-Presidente: Jorge Vianna Hermeto Daniel Donizet Iolando	Gabriel Magno João Cardoso Pepa Pastor Daniel de Castro Dayse Amarílio	Presidente: Paula Belmonte Vice-Presidente: Ricardo Vale Robério Negreiros Dayse Amarílio Max Maciel	João Cardoso Gabriel Magno Jorge Vianna Chico Vigilante Fábio Felix
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA		COMISSÃO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Fábio Felix Vice-Presidente: Ricardo Vale João Cardoso Rogério Morro da Cruz Jaqueline Silva	Max Maciel Gabriel Magno Paula Belmonte Doutora Jane Iolando	Presidente: Max Maciel Vice-Presidente: Martins Machado Pepa Gabriel Magno Fábio Felix	João Cardoso Paula Belmonte Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Rogério Morro da Cruz
COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS		COMISSÃO DE PRODUÇÃO RURAL E ABASTECIMENTO	
Titulares	Suplentes	Titulares	Suplentes
Presidente: Hermeto Vice-Presidente: Pepa Gabriel Magno Daniel Donizet Eduardo Pedrosa	Iolando Pastor Daniel de Castro Chico Vigilante Roosevelt Rogério Morro da Cruz	Presidente: Pepa Vice-Presidente: Iolando Ricardo Vale Rogério Morro da Cruz Roosevelt	Pastor Daniel de Castro Jaqueline Silva Chico Vigilante Jorge Vianna Thiago Manzoni

9ª Legislatura

Deputado Chico Vigilante
Deputado Pastor Daniel de Castro
Deputado Daniel Donizet
Deputada Dayse Amarílio
Deputado Eduardo Pedrosa
Deputado Fabio Felix
Deputado Gabriel Magno
Deputado Hermeto
Deputado Iolando Almeida
Deputada Doutora Jane
Deputada Jaqueline Silva
Deputado João Cardoso

Corregedor: Deputado Joaquim Roriz Neto

Procuradora Especial da Mulher: Deputada Dayse Amarílio

Procuradoras Adjuntas Especiais da Mulher: Deputada Jaqueline Silva e Deputada Doutora Jane

Procurador Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Chico Vigilante

Procurador Adjunto Especial de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Deputado Iolando

Procurador Especial da Defesa dos Direitos da Juventude: Deputado Joaquim Roriz Neto

Deputado Joaquim Roriz Neto
Deputado Jorge Vianna
Deputado Martins Machado
Deputado Max Maciel
Deputada Paula Belmonte
Deputado Pepa
Deputado Ricardo Vale
Deputado Robério Negreiros
Deputado Rogério Morro da Cruz
Deputado Roosevelt
Deputado Thiago Manzoni
Deputado Wellington Luiz

Ouvidor: Deputado Jorge Vianna

Seção 3

Ata Sucinta da 26ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 9 DE ABRIL DE 2024

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wellington Luiz e Pastor Daniel de Castro
SECRETARIA: Deputados Daniel Donizet, Wellington Luiz e Ricardo Vale
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 15 horas e 4 minutos
TÉRMINO: 17 horas e 58 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– Os Deputados Daniel Donizet, Wellington Luiz e Ricardo Vale procedem à leitura do expediente sobre a mesa.

1.2 LEITURA DE ATA

– Dispensada a leitura, o presidente da sessão considera aprovada, sem observações, a Ata da 25ª Sessão Ordinária.

2 PEQUENO EXPEDIENTE

2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputado Jorge Vianna

– Denuncia que a Unidade de Pronto Atendimento – UPA de Samambaia negou a liberação de corpo com base em protocolo estabelecido pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, o que contraria normas da Secretaria de Estado de Saúde.
– Deplora o mau estado de conservação do Cemitério de Taguatinga, e critica sua gerência.

Deputado Max Maciel

– Enaltece a importância da Rodoviária do Plano Piloto como ponto central da cidade, e repudia a minuta de concessão que propõe medidas discriminatórias contra ambulantes e pessoas vulneráveis.
– Reafirma seu compromisso com a população mais empobrecida do DF.
– Saúda a presença dos alunos da Escola Classe 13 de Ceilândia, instituição onde estudou na sua infância.

Deputado Gabriel Magno

– Culpa o GDF pelos problemas na merenda e no cardápio escolar do Distrito Federal, como a repetição de alimentos e a falta de itens para preparação das refeições.
– Afirma que há recursos provenientes de emendas parlamentares e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE para atender a demanda.
– Pede que o Governador cumpra o acordo de nomeação com os servidores da saúde aprovados em concurso público.
– Convida os presentes para o lançamento, na próxima quinta-feira, dia 11, às 15h, da pedra fundamental da construção do novo *campus* do Instituto Federal de Brasília – IFB, no Sol Nascente, e salienta que a obra tem apoio financeiro do Governo Federal.

Deputada Paula Belmonte

- Lamenta a falta de alimentação de qualidade nas escolas da rede pública de ensino, e reivindica do Governo mais cuidado no planejamento da merenda escolar.
- Questiona a legitimidade de mulher transexual de defender o aborto, por entender que esta não representa a pauta feminina.

Deputado Pastor Daniel de Castro

- Propugna o casamento como alicerce para a existência da família brasileira, e lastima o aumento significativo de divórcios no País.
- Aponta a falta de políticas públicas para a proteção da família como causa principal do adoecimento mental e da violência.
- Condena a exposição da intimidade nas redes sociais em detrimento do respeito ao cônjuge e à privacidade.
- Acredita que as instituições estão perdendo valor, o que torna as famílias vulneráveis.

Deputado Chico Vigilante

- Clama ao Governo do Distrito Federal a nomeação dos servidores da saúde para combater o mosquito transmissor da dengue.
- Relata a situação precária do 8º Batalhão da Polícia Militar de Ceilândia, e sublinha a necessidade de contratação de mais policiais militares e civis para evitar o fechamento de delegacias.
- Parabeniza o Supremo Tribunal Federal pelas ações tomadas contra Elon Musk em defesa da democracia brasileira.
- Notícia o início da obra para a construção da nova unidade do IFB, na próxima quinta-feira, dia 11, às 15 horas, na Chácara do Padre, no Sol Nascente.

2.2 COMUNICADOS DE PARLAMENTARES

Deputado Fábio Félix

- Demanda do Poder Público atendimento efetivo para cuidar da saúde mental dos policiais militares.
- Argumenta que condutas criminosas nas relações presenciais também devem ser consideradas crime na internet e, portanto, não podem ser rotuladas como exercício da liberdade de expressão.
- Conclui que não cabe a Elon Musk a tutela da Constituição brasileira.

Deputado Eduardo Pedrosa

- Ressalta a importância de investimentos em programas de preservação da saúde mental dos servidores das forças de segurança.
- Homenageia membros da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Câncer, falecidas em decorrência da enfermidade.

Deputada Dayse Amarillo

- Defende o cumprimento dos acordos com o Governo para a nomeação dos servidores da saúde aprovados em concurso público.
- Refere-se ao déficit de servidores nas forças de segurança, e advoga a necessidade de reestruturação da força de trabalho.
- Exige tratamento isonômico entre as categorias de saúde em relação aos espaços de repouso.

3 ORDEM DO DIA

Observação: As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

(1º) **ITEM 93:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 1.003, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

- Parecer do relator da CAS, Deputado Martins Machado, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Iolando, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(2º) **ITEM 94:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 1.004, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências”.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição com a Emenda Modificativa apresentada. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Parecer do relator da CTMU, Deputado Martins Machado, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Parecer do relator da CAS, Deputado Pastor Daniel de Castro, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição, acatando a Emenda nº 3. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(3º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 680, de 2023**, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “institui e inclui o Dia da Maratona do Correio Braziliense, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(4º) **ITEM 101:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 989, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00”.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

(5º) Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

ITEM 113: Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

Requerimento nº 1.271, de 2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 17 de abril de 2024 em comissão geral para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências”.

Requerimento nº 1.273, de 2024, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública, no dia 16/04/2024, para discutir o asfalto e drenagem do Setor de Mansões e Avenida São Francisco no Grande Colorado da Região Administrativa de Sobradinho II”.

Requerimento nº 1.275, de 2024, de autoria da Comissão, Economia, Orçamento e Finanças, que “requer a realização de comissão geral em 24 de abril de 2024, para debater o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências”.

Requerimento nº 1.276, de 2024, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 18 de abril de 2024 em comissão geral para debater o surto de dengue no Distrito Federal”.

ITENS EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em bloco, em turno único, dos requerimentos:

Requerimento nº 1.279, de 2024, de autoria do Deputado João Cardoso, que “requer a realização de audiência pública, a realizar-se no dia 19 de junho de 2024, às 10h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre o PL 582/2023 que altera o nome do Parque Urbano Bosque do Sudoeste para Parque Urbano Monsenhor Jonas Abib”.

Requerimento nº 1.288, de 2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que “requer a realização de audiência pública para debater as políticas de financiamento e fomento da ciência, tecnologia e inovação no Distrito Federal, com foco especial nas propostas de orçamento público, legislação atual e

modelos de parcerias, a ser realizada no dia 29 de abril de 2023, às 10 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

ITEM 114: Discussão e votação, em turno único, das moções:

Moção nº 702, de 2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “parabeniza e homenageia as pessoas que especifica, pela significativa contribuição para a história, para a cultura e para o desenvolvimento de Ceilândia”.

Moção nº 703, de 2024, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados para o empreendedorismo feminino do Distrito Federal”.

Moção nº 704, de 2024, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “manifesta moção de louvor às pessoas que especifica, por ocasião do Dia Mundial do Tênis”.

Moção nº 705, de 2024, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Escola de Música de Brasília”.

Moção nº 706, de 2024, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “manifesta louvor às pessoas abaixo nominadas pelos relevantes serviços prestados à cultura do *rock* no Distrito Federal”.

Moção nº 707, de 2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Mundial de Conscientização do Autismo”.

Moção nº 708, de 2024, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “reconhece e apresenta votos de louvor a Glaydson Rodrigo de Assis Carvalho, pelos relevantes serviços prestados ao esporte do Distrito Federal”.

Moção nº 709, de 2024, de autoria da Deputada Dayse Amarilio, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Escola de Música de Brasília”.

Moção nº 710, de 2024, de autoria do Deputado Pepa, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos à personalidade que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Moção nº 711, de 2024, de autoria do Deputado Pepa, que “parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos à personalidade que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

Moção nº 712, de 2024, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Mundial de Conscientização do Autismo”.

ITENS EXTRAPAUTA: Discussão e votação, em bloco, em turno único, das moções:

Moção nº 714, de 2024, de autoria da Deputada Doutora Jane, que apresenta “moção de louvor em sessão solene para reconhecimento e homenagem, às pessoas que especifica, referente ao jubileu de ouro do Centro de Ensino Fundamental Polivalente, a realizar-se no dia 18 de abril de 2024, às 10h, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Moção nº 715, de 2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que “reconhece e apresenta votos de louvor aos extensionistas rurais relacionados pelos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento rural do Distrito Federal”.

Moção nº 716, de 2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “manifesta votos de louvor e homenageia cronistas esportivos do Distrito Federal, pelos excelentes serviços prestados ao esporte do DF”.

Moção nº 717, de 2024, de autoria do Deputado Martins Machado, que “manifesta votos de louvor e homenageia profissionais de arbitragem do Distrito Federal, pelos excelentes serviços prestados ao esporte do DF”.

Moção nº 718, de 2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “reconhece e apresenta votos de louvor ao senhor Leandro Roque de Oliveira, o Emicida, *rapper*, cantor e compositor brasileiro”.

Moção nº 719, de 2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “reconhece e apresenta votos de louvor ao senhor Evandro Roque de Oliveira, o Fióti, produtor, compositor, diretor artístico e empresário”.

Moção nº 720, de 2024, de autoria do Deputado Max Maciel, que “reconhece e apresenta votos de louvor ao Laboratório Fantasma, coletivo de amantes de arte urbana”.

Moção nº 713, de 2024, de autoria do Deputado Roosevelt, que “reconhece e apresenta votos de louvor ao 1º SGT QPPMC Manoel Pereira da Silva Neto, mat. 200948 e ao 3º SGT QPPMC Alex Gouveia Rocha de Souza, mat. 7321708, da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação em ocorrência ao salvar a vida de um bebê engasgado”.

– Votação das proposições, em turno único. **APROVADAS** por votação em processo nominal, com 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências.

4 RETIFICAÇÕES

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Retifica a leitura de itens na Ordem do Dia da Sessão Extraordinária de 2 de abril de 2024 e determina a inclusão, no bloco dos vetos apreciados nessa Sessão, do Item nº 166: “Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.048, de 2022, de autoria da Mesa Diretora, que institui a Gratificação de Atividade de Risco para as carreiras que especifica e dá outras providências”.

5 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Comunica o afastamento dos Deputados Pepa e João Cardoso por motivos de saúde.
– Anuncia a presença do Deputado Federal, Prof. Reginaldo Veras, e do Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM, Rôney Nemer.
– Justifica a ausência do Deputado Rogério Morro da Cruz.

Presidente (Deputado Pastor Daniel de Castro)

– Anuncia a presença de professores e alunos da Escola Classe 13 da Ceilândia, que participam do projeto *Conhecendo o Parlamento*, sob a coordenação da Escola do Legislativo.

6 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
– Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença, os relatórios de presença por recomposição de quórum e a folha de votação nominal, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO

Primeiro-Secretário



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 10/04/2024, às 14:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1614731** Código CRC: **22FDC1CD**.

Relatório de Presenças por Reunião

Reunião : 26º Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura Dia : 09/04/202

Nº	Nome Parlamentar	Partido	Hora	Modo
01	CHICO VIGILANTE	PT	15:33:34	Biometria
02	DANIEL DONIZET	PL	15:02:15	Biometria
03	DAYSE AMARILIO	PSB	16:09:52	Biometria
04	DOUTORA JANE	MDB	15:33:51	Biometria
05	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	16:27:45	Biometria
06	FÁBIO FELIX	PSOL	15:36:37	Biometria
07	GABRIEL MAGNO	PT	15:18:13	Biometria
08	HERMETO	MDB	16:11:21	Biometria
09	IOLANDO	MDB	15:24:04	Biometria
10	JAQUELINE SILVA	MDB	16:07:35	Biometria
11	JOAQUIM RORIZ NETO	PL	15:48:43	Biometria
12	JORGE VIANNA	PSD	15:46:56	Biometria
13	MARTINS MACHADO	REPUBLI	17:23:18	Biometria
14	MAX MACIEL	PSOL	15:15:34	Biometria
15	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	15:03:56	Biometria
16	PAULA BELMONTE	CIDADAN	15:03:14	Biometria
17	RICARDO VALE	PT	16:11:24	Biometria
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	16:04:16	Biometria
19	ROOSEVELT	PL	16:27:08	Biometria
20	THIAGO MANZONI	PL	15:00:52	Biometria
21	WELLINGTON LUIZ	MDB	15:02:42	Biometria

Ausências :

Nome Parlamentar	Partido
ROGERIO MORRO DA CRUZ	

Justificados :

Nome Parlamentar	Partido	Texto
JOÃO CARDOSO	AVANTE	De ordem do Presidente, licenciado por moti saúde, AMD a ser publicado.
PEPA	PP	De ordem do Presidente, licenciado por moti saúde, AMD a ser publicado.

Totalização
Presentes : 21 Ausentes : 1 Justificativas : 2



Presidente

Relatório de Presença por Recomposição : 26º Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legi

Data: 09/04/2024

Quando da Recomposição Parcial de Quorum às 17:57:42

Estavam Presentes

1 THIAGO MANZONI	PL
2 DANIEL DONIZET	MDB
3 WELLINGTON LUIZ	MDB
4 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
5 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
6 MAX MACIEL	PSOL
7 GABRIEL MAGNO	PT
8 IOLANDO	MDB
9 CHICO VIGILANTE	PT
10 DOUTORA JANE	MDB
11 FÁBIO FELIX	PSOL
12 JORGE VIANNA	PSD
13 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
14 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
15 JAQUELINE SILVA	MDB
16 DAYSE AMARILIO	PSB
17 HERMETO	MDB
18 RICARDO VALE	PT
19 ROOSEVELT	PL
20 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
21 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN

Estavam Ausentes

1 JOÃO CARDOSO	AVANTE
2 PEPA	PP
3 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD



Término da Reunião às 17:58:58

Estavam Presentes

1 THIAGO MANZONI	PL
2 DANIEL DONIZET	MDB
3 WELLINGTON LUIZ	MDB
4 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
5 MAX MACIEL	PSOL
6 GABRIEL MAGNO	PT
7 IOLANDO	MDB
8 CHICO VIGILANTE	PT
9 DOUTORA JANE	MDB
10 FÁBIO FELIX	PSOL
11 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD
12 JAQUELINE SILVA	MDB
13 DAYSE AMARILIO	PSE
14 HERMETO	MDB
15 RICARDO VALE	PT
16 ROOSEVELT	PL
17 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO

Estavam Ausentes

1 JOÃO CARDOSO	AVANTE
2 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
3 JORGE VIANNA	PSD
4 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
5 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
6 PEPA	PP
7 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD



Presidente

Matéria : BLOCO MOÇÕES E REQUERIMENTOS 09.04.2024
Autoria : VÁRIOS DEPUTADOS

Ementa : Moções nº 702 a 720, todas de 2024 e Requerimentos nº 1.271, 1.273, 1.275, 1.276, 1.279 e 1.288 todos de 2024.

Reunião : 26º Reunião Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura
Data : 09/04/2024 - 17:56:50 às 17:57:38
Tipo : Nominal
Turno : Único
Quorum : Maioria Simples

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
3	CHICO VIGILANTE	PT	Sim	17:57:01
5	DANIEL DONIZET	PL	Sim	17:57:04
41	DAYSE AMARILIO	PSB	Sim	17:57:23
35	DOCTORA JANE	MDB	Sim	17:57:09
7	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	Sim	17:57:10
8	FÁBIO FELIX	PSOL	Sim	17:57:15
37	GABRIEL MAGNO	PT	Sim	17:57:19
9	HERMETO	MDB	Sim	17:57:11
10	IOLANDO	MDB	Sim	17:57:09
11	JAQUELINE SILVA	MDB	Sim	17:57:05
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	Ausente	
33	JOAQUIM RORIZ NETO	PL	Ausente	
13	JORGE VIANNA	PSD	Ausente	
17	MARTINS MACHADO	REPUBLICA	Ausente	
30	MAX MACIEL	PSOL	Sim	17:57:05
34	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	Sim	17:57:07
45	PAULA BELMONTE	CIDADANIA	Ausente	
31	PEPA	PP	Ausente	
39	RICARDO VALE	PT	Sim	17:57:02
21	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	Sim	17:57:14
36	ROGERIO MORRO DA CRUZ		Ausente	
22	ROOSEVELT	PL	Sim	17:57:08
32	THIAGO MANZONI	PL	Sim	17:57:06
40	WELLINGTON LUIZ	MDB	Sim	17:57:00

Totais da Votação :

SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
17	0	0	17

Resultado da Votação : APROVADO

Presidente

LIDO

ATA SUCINTA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA

Ata considerada lida e aprovada na 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) Sessão Ordinária, em 10 de ABRIL de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DEMETRIUS KONTOYANIS - Matr. 22405, Assessor(a) Especial**, em 10/04/2024, às 15:23, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1618893** Código CRC: **D5782EF5**.

Ata Sucinta da 14ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 9 DE ABRIL DE 2024

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Wellington Luiz e Ricardo Vale
SECRETARIA: Deputado Ricardo Vale
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 17 horas e 59 minutos
TÉRMINO: 18 horas e 23 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

– Declara aberta a sessão.

2 ORDEM DO DIA

Observação: As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

(1º) **ITEM 1:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 1.003, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (17 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(2º) **ITEM 2:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 1.004, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(3º) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 989, de 2024**, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes). Houve 6 ausências justificadas.

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(4º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 2º turno, do **Projeto de Lei nº 680, de 2023**, de autoria do Deputado Fábio Félix, que “institui e inclui o Dia da Maratona do Correio Braziliense, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

(5º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 90**, de autoria do Deputado Hermeto, que “concede título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Dayse Amarilio, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(6º) **ITEM 5:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2024**, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Dayse Amarilio, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

(7º) **ITEM 6:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2024**, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

– Parecer da relatora da CAS, Deputada Dayse Amarilio, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (18 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(8º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2024**, de autoria do Deputado Hermeto, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

(9º) **ITEM 7:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2023**, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Conselheiro Inácio Magalhães Filho”.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(10º) **ITEM 8:** Discussão e votação, em turno único, dos seguintes Projetos de Decreto Legislativo:

Projeto de Decreto Legislativo nº 49, de 2023, de autoria do Deputado Gabriel Magno, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Rodrigo Cavalcanti Magalhães – Tico Magalhães, Capitão do Grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília à Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 100, de 2024, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “concede o título de Cidadã Honorária de Brasília à jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2024, de autoria do Deputado Hermeto, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2023, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “concede o título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Conselheiro Inácio Magalhães Filho”.

– Votação das proposições em turno único. **APROVADAS** por votação em processo nominal, com 15 votos favoráveis.

– Apreciação da redação final. **APROVADAS.**

(12º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 728, de 2023**, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

– Parecer do relator da CTMU, Deputado Martins Machado, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (15 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (15 deputados

presentes).

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

- Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença por recomposição de quórum e a folha de votação nominal, encaminhados pelo Setor de Apoio ao Plenário e pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente ata.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO

Primeiro-Secretário



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL DE CASTRO SOUSA - Matr. 00160, Primeiro(a)-Secretário(a)**, em 10/04/2024, às 14:55, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1616579** Código CRC: **968DBBF1**.

Relatório de Presença por Recomposição : 14ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão

Data: 09/04/2024

Quando da Recomposição Parcial de Quorum às 18:18:58

Estavam Presentes

1 GABRIEL MAGNO	PT
2 HERMETO	MDB
3 THIAGO MANZONI	PL
4 WELLINGTON LUIZ	MDB
5 DOUTORA JANE	MDB
6 FÁBIO FELIX	PSOL
7 CHICO VIGILANTE	PT
8 MAX MACIEL	PSOL
9 RICARDO VALE	PT
10 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
11 DANIEL DONIZET	MDB
12 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
13 JAQUELINE SILVA	MDB
14 ROOSEVELT	PL
15 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
16 IOLANDO	MDB
17 DAYSE AMARILIO	PSB
18 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD

Estavam Ausentes

1 JOÃO CARDOSO	AVANTE
2 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
3 JORGE VIANNA	PSD
4 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
5 PEPA	PP
6 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD



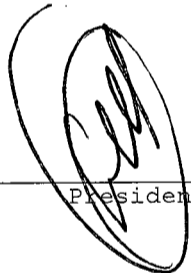
Término da Reunião às 18:23:13

Estavam Presentes

1 GABRIEL MAGNO	PT
2 HERMETO	MDB
3 THIAGO MANZONI	PL
4 WELLINGTON LUIZ	MDB
5 DOUTORA JANE	MDB
6 FÁBIO FELIX	PSOL
7 CHICO VIGILANTE	PT
8 MAX MACIEL	PSOL
9 RICARDO VALE	PT
10 EDUARDO PEDROSA	UNIÃO
11 DANIEL DONIZET	MDB
12 MARTINS MACHADO	REPUBLICAN
13 JAQUELINE SILVA	MDB
14 ROOSEVELT	PL
15 PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP
16 IOLANDO	MDB
17 DAYSE AMARILIO	PSB
18 ROBÉRIO NEGREIROS	PSD

Estavam Ausentes

1 JOÃO CARDOSO	AVANTE
2 JOAQUIM RORIZ NETO	PL
3 JORGE VIANNA	PSD
4 PAULA BELMONTE	CIDADANIA
5 PEPA	PP
6 ROGERIO MORRO DA CRUZ	PRD



Presidente

Matéria : TURNO ÚNICO BLOCO PDLs 09.04.2024
Autoria : VÁRIOS DEPUTADOS

Ementa : PDLs nº 49/2023, 81/2024, 100/2024, 90/2024 e 51/2023.

Reunião : 14ª Sessão Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 9ª Legislatura
Data : 09/04/2024 - 18:18:10 às 18:18:54
Tipo : Nominal
Turno : Único
Quorum : Maioria Simples

N.Ordem	Nome do Parlamentar	Partido	Voto	Horário
3	CHICO VIGILANTE	PT	Sim	18:18:22
5	DANIEL DONIZET	PL	Ausente	
41	DAYSE AMARILIO	PSB	Sim	18:18:21
35	DOUTORA JANE	MDB	Sim	18:18:33
7	EDUARDO PEDROSA	UNIÃO	Sim	18:18:45
8	FÁBIO FELIX	PSOL	Sim	18:18:25
37	GABRIEL MAGNO	PT	Sim	18:18:17
9	HERMETO	MDB	Sim	18:18:20
10	IOLANDO	MDB	Ausente	
11	JAQUELINE SILVA	MDB	Sim	18:18:26
12	JOÃO CARDOSO	AVANTE	Ausente	
33	JOAQUIM RORIZ NETO	PL	Ausente	
13	JORGE VIANNA	PSD	Ausente	
17	MARTINS MACHADO	REPUBLICA	Sim	18:18:22
30	MAX MACIEL	PSOL	Sim	18:18:14
34	PASTOR DANIEL DE CASTRO	PP	Sim	18:18:29
45	PAULA BELMONTE	CIDADANIA	Ausente	
31	PEPA	PP	Ausente	
39	RICARDO VALE	PT	Sim	18:18:17
21	ROBÉRIO NEGREIROS	PSD	Ausente	
36	ROGERIO MORRO DA CRUZ		Ausente	
22	ROOSEVELT	PL	Sim	18:18:24
32	THIAGO MANZONI	PL	Sim	18:18:19
40	WELLINGTON LUIZ	MDB	Sim	18:18:28

Totais da Votação :

SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	TOTAL
15	0	0	15

Resultado da Votação : APROVADO

Presidente

REDAÇÃO FINAL APROVADA, MEDIANTE
APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO
Nº 1098/2024

LIDO

ATA SUCINTA DA 14ª (DÉCIMA QUARTA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata considerada lida e aprovada na 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) Sessão Ordinária, em 10 de ABRIL de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DEMETRIUS KONTOYANIS - Matr. 22405, Assessor(a) Especial**, em 10/04/2024, às 15:27, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1619043** Código CRC: **EB526A99**.

Ata Circunstanciada da 26ª Sessão Ordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 26ª (VIGÉSIMA SEXTA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 9 DE ABRIL DE 2024.

INÍCIO ÀS 15H04MIN

TÉRMINO ÀS 17H58MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos, nesta terça-feira, 9 de abril de 2024, às 15 horas e 4 minutos.

Convido o deputado Daniel Donizet a secretariar os trabalhos da mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

– Ata Sucinta da 25ª sessão ordinária, de 4 de abril de 2024.

Antes de suspender a sessão, já que não há quórum, quero saudar a deputada Paula Belmonte, que está presente, todos os nossos assessores e assessoras, todo o pessoal do plenário e da galeria.

Vou ler as faixas que se encontram na galeria. A primeira: “Senhor governador, nomeie os especialistas em saúde aprovados no concurso público. A saúde da população de Brasília agradece.” É verdade.

Quero agradecer a presença de vocês e dizer que essa pauta é nossa, como cidadãos de Brasília. Vocês têm toda razão, isso é importante. Se nós pensamos na nossa família, se nós pensamos nos nossos amigos, colegas, é fundamental que tenhamos um olhar especial para isso.

Vou pedir uma reunião tanto para os parlamentares – deputados que aqui se encontram – como para o secretário Gustavo Rocha, para cobrarmos agilidade nisso. O que essas pessoas estão pedindo, deputado Pastor Daniel de Castro e deputado Daniel Donizet, é nada mais que proteger a população do Distrito Federal. Estão oferecendo prestação de serviço para proteger a população do DF. Esta casa tem que fazer a sua parte – é o correto a se fazer quando se cobra da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Estou vendo o pessoal do Sindivacs. (Palmas.) Iuri, há pouco falei com o secretário Gustavo Rocha. Ele cobrou novamente o secretário Ney. Eu mandei uma mensagem para o secretário Ney também. Precisamos realmente ter uma resposta. Temos que lembrar que, no caso de vocês, há um acordo firmado – o prazo dele se encerrou no final do mês passado, já estamos chegando à metade do mês de abril – que não foi honrado. Cabe a esta casa fiscalizar, cuidar e garantir que os efeitos do acordo ocorram. É importante que enviem o projeto para esta casa, e aqui vamos tratá-lo da forma que deve ser tratado. Fica aqui o nosso compromisso. Quero parabenizá-los pela mobilização e pela movimentação. Vou comunicar o secretário Ney sobre essa angústia que vocês estão vivendo.

Lembro os parlamentares que estão aqui de que esta categoria estava no movimento grevista. Eles suspenderam o movimento em razão de um pedido do governo, para que pudessem ir para a mesa de negociação. Foram para a mesa de negociação e chegaram a um acordo. Se chegaram a esse acordo, não há por que não honrá-lo, ainda mais porque o valor é muito pequeno. É praticamente nada dentro do orçamento do Distrito Federal. Fica aqui o nosso compromisso.

Aos nossos futuros dentistas digo que de fato há uma preocupação muito grande com relação a

isso. A saúde bucal pede socorro e são vocês fundamentais nesse processo. Agradeço a presença de vocês. Peço aos deputados que tenham atenção especial e que recebam essas pessoas, para que possamos fazer o devido encaminhamento.

Aprovados da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar do Distrito Federal, quero parabenizar – eu não sei de quem foi a ideia – essa iniciativa da união entre Polícia Civil e Polícia Militar, isso é fundamental. Eu sempre preguei isso. Quando presidente do sindicato da Polícia Civil, sempre andamos junto com a Polícia Militar, com o Corpo de Bombeiros e com a Polícia Federal. O melhor caminho é a união, e isso vocês fizeram certo.

Quero pedir aos nossos deputados da Mesa que encaminhem um ofício ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Congresso Nacional que solicite atenção especial a essa questão. Eu queria que vocês formassem uma comissão para conversar com o deputado Pastor Daniel de Castro, que é da Mesa, a fim de formularmos juntos esse ofício que será encaminhado ao presidente Arthur Lira e ao presidente do Senado para que cobremos providências.

A segurança pública do Distrito Federal também pede socorro. É um momento difícil e eu não conheço – nem há – tecnologia que funcione se não houver homens e mulheres trabalhando nas unidades policiais. Então, têm aqui o nosso apoio. Mais uma vez parabéns pela iniciativa de vocês. (Palmas.)

Pessoal do DER, parabênzo e agradeço a presença de vocês.

Essa questão da escolaridade é algo tão simples. Eu tive a felicidade, deputado Pastor Daniel de Castro – V.Exa. fez parte da nossa instituição –, de conseguir garantir a exigência de nível superior, o que melhorou bastante o nível dos nossos servidores. É importante que isso aconteça, é uma briga justa.

Já conversei com as entidades de classe e já conversei com o diretor, Fauzi Nacfur. Não há justificativa para não atender esse pedido do DER, porque não há qualquer tipo de impacto financeiro. Acho que isso tem que acontecer o mais rápido possível. Estamos cobrando. Hoje, o Fábio, representante Fauzi, estará aqui, e nós vamos conversar sobre isso.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já está aqui o Fábio? O Fábio é o diretor-adjunto do DER.

Fábio, é um prazer tê-lo conosco. É um amigo pessoal, um dos mais competentes servidores que eu conheço.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado. Parabéns pelo trabalho.

Cumprimento o nosso deputado federal Reginaldo Veras. É muito bom tê-lo aqui conosco.

Fábio, eu sou testemunha do esforço da direção do DER para garantir esse compromisso. Eu, o deputado federal Rafael Prudente e outros parlamentares estamos buscando isso. Vou voltar a pedir uma união com o Governo do Distrito Federal para que possamos garantir isso.

Saúdo o deputado Max Maciel.

Vou aproveitar que o Fábio está aqui – o Fauzi está viajando – para dizer que há, na pauta, os Projetos de Lei nºs 1.003 e 1.004, que tratam da carreira do DER e da carreira do Ibram. Eu quero pedir aos nobres parlamentares que iniciemos o processo de votação exatamente por esses projetos, em respeito ao nosso amigo Fábio. É um prazer tê-lo aqui conosco. (Palmas.)

Em relação à ata, pergunto se algum deputado deseja fazer alguma retificação. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, esta presidência dá por lida e aprovada a ata.

Quero comunicar o afastamento do deputado Pepa, do dia 9 ao dia 11 de abril, por conta de assuntos particulares.

Ao mesmo tempo, informo aos colegas parlamentares que o deputado João Cardoso passou mal e está hospitalizado no Hospital Sírio Libanês. Tão logo terminem as votações, vou pedir licença para visitar o nosso colega deputado João Cardoso. Ele perturba a nossa vida, mas nós não vivemos sem ele. Já estou com saudade.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Nós ainda não sabemos exatamente. Ele teve 2 desmaios e já havia tido um problema na semana passada. Hoje ele foi submetido a alguns exames e, por determinação médica, houve a sua internação. Nós não sabemos do que se trata. Deus há de cuidar dele. Estaremos, aqui, em oração por ele, deputada.

Daqui a pouquinho, após honrarmos o nosso compromisso com os servidores que aqui estão, eu vou ao Hospital Sírio Libanês visitar o deputado João Cardoso. Se algum parlamentar quiser ir comigo, será um prazer.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito que coloquem o deputado João Cardoso como licenciado.

Na sessão extraordinária de 2 de abril de 2024, onde se lê "item nº 147, Projeto de Lei nº 2.886/2022", leia-se "Projeto de Lei nº 2.986/2022"; onde se lê "item nº 15, Projeto de Lei nº 1.126/2022", leia-se "Projeto de Lei nº 1.126/2020"; onde se lê "item nº 26, Projeto de Lei nº 1.244/2022", leia-se "Projeto de Lei nº 1.244/2020"; no bloco para manutenção dos vetos, inclui-se o seguinte item nº 166: apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 3.048/2022, de autoria da Mesa Diretora, que "Institui a Gratificação de Atividade de Risco para as carreiras que especifica e dá outras providências".

Lembrando: sessão extraordinária de 2 de abril de 2024, que eu havia pulado.

Tudo bem, deputado Reginaldo Veras?

Eu queria cumprimentar meus colegas policiais; o Clevinho; o nosso diretor do DPT, amigo do meu curso de polícia, prazer tê-lo comigo; o Joãozinho, delegado. Eu vou começar. Já falo com a Polícia Civil. São 3 minutinhos. Eu já descerei.

O Cleverlande é do meu curso de agente de polícia. Só que ele resolveu estudar. Virou perito criminal. É o nosso diretor de polícia técnica. Eu não estudei e virei político. Deu no que deu. Quero agradecer a presença de vocês. É sempre uma honra tê-los aqui conosco. Falo em meu nome e em nome de todos os meus colegas policiais e políticos.

Registro a presença do deputado Reginaldo Veras, nosso amigo, companheiro, deputado por 2 legislaturas nesta casa. Tive o prazer de cerrar fileira com ele. Hoje é nosso deputado federal e muito nos honra no papel que está exercendo com muita seriedade, transparência, competência e qualidade. É um prazer.

Sobre a mesa, expediente que será lido por mim.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Suspendo a sessão por 5 minutos.

(Suspensa às 15h22min, a sessão é reaberta às 15h48min.)

(Assume a presidência o deputado Pastor Daniel de Castro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Declaro reaberta a presente sessão.

Declaro lida e aprovada a ata sucinta.

Neste momento, quero cumprimentar todos os que estão na galeria. Vocês têm o apoio desta casa e de cada deputado, principalmente os aprovados na área da saúde e também os dentistas. Nós todos estamos brigando junto com o deputado Jorge Vianna para que todos vocês sejam chamados, como também os nossos queridos amigos agentes comunitários de saúde – já pedimos que o projeto venha para esta casa – e o pessoal da Polícia Civil e da Polícia Militar.

Segundo o pedido do nosso presidente, a nossa assessoria já esteve com vocês, vamos criar o grupo, vocês irão trazer o documento, e a Mesa Diretora irá fazer o encaminhamento do documento para o presidente do Senado Federal e para o presidente da Câmara dos Deputados, como foi proposto ainda há pouco. Pessoal do DER, é uma alegria a presença de todos vocês – Fábio, é uma alegria você estar aqui.

Esta casa tem essa vantagem, vocês podem contar com os 24 deputados e deputadas desta casa para ajudar vocês. Nós estamos aqui.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (Bloco União Democrático. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores parlamentares. Boa tarde, servidores da casa, colegas que estão assistindo a nós pela TV Câmara Distrital. Um boa-tarde especial aos nossos colegas servidores e futuros servidores, sejam bem-vindos!

Senhor presidente, hoje há tanta coisa para falar que eu vou até dividir em 2 partes. Primeiro, eu queria falar sobre uma coisa que aconteceu comigo no final de semana.

Eu estive na UPA de Samambaia, porque um amigo precisou que eu estivesse lá junto com ele no momento do falecimento da sua avó. Eu estive lá com ele e, quando eu fui pedir para liberarmos o corpo da senhora, o Iges, que é quem administra aquela UPA, negou a liberação do corpo alegando que, pelo protocolo do Iges, só se libera corpo se tiver a certidão de óbito.

Eu questionei, porque existe um decreto que foi regulamentado pela Portaria Conjunta nº 6, de 7 de abril de 2020, que no seu art. 3º fala o seguinte:

“A retirada dos corpos dos serviços de saúde ou do Instituto Médico Legal dependerá da apresentação de uma via:

I – do contrato firmado entre os responsáveis pelo corpo e a empresa funerária (...):

1. clínica de somato conservação responsável pelo tratamento mortuário; e
2. cemitério onde se dará a inumação.

II – da declaração ou da certidão de óbito.”

A morte foi detectada na própria UPA, foi feita a declaração de óbito, mesmo assim o corpo não foi liberado. Essa é uma conduta errada do Iges, que contraria o decreto e a portaria da própria secretaria que regulamenta a liberação do corpo. Isso dificulta muito o processo, principalmente para o pobre, para aquele que não tem dinheiro. Para nossa surpresa, não há geladeira na UPA de Samambaia, não há local para condicionamento do corpo, que só pode ficar na sala com ar-condicionado até 6 horas. A partir daí, ele precisa ser encaminhado para o Hospital de Base ou para o Hospital de Santa Maria, para que fique adequadamente refrigerado.

Eu perguntei para o presidente: “E se o óbito acontecer entre as 18 horas e as 8 horas da manhã do dia seguinte?” Senhor presidente, não há cartório aberto à noite e, no final de semana, salvo um ou outro hospital possui cartório aberto. Se o paciente morrer na UPA de Samambaia às 18 horas, o corpo ficará lá até mais ou menos às 2 horas da manhã, a partir daí, será encaminhado para o Hospital de Base ou para o Hospital de Santa Maria. Vejam a peregrinação da família para receber o corpo, porque não há local adequado e não liberam para a funerária.

Aqui diz que, por meio de uma declaração de óbito feita pelo hospital, pode haver a liberação do corpo para a funerária, ainda mais porque a morte não foi violenta, foi uma morte natural, chamada de morte indeterminada.

Eu já mandei um documento para que o Iges tome providências e mude esse seu protocolo. Parece que o Iges vive em uma outra realidade, parece que ele não está no Distrito Federal e não segue as regras deste. Surpreende-me muito o diretor, o presidente ou até mesmo o coordenador da UPA não saberem que existe essa regra. A todo momento tem que haver protocolos, as normas têm que seguir as inovações.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO JORGE VIANNA – Senhor presidente, continuando nesse tema, domingo eu fui ao enterro dessa senhora. Quando eu cheguei ao cemitério de Taguatinga, eu fiquei revoltado. Para mim, esse é um dos piores cemitérios do Brasil. Ele é terceirizado, inclusive a empresa que presta serviço a ele é a mesma que presta serviço no Entorno, mas os cemitérios do entorno estão um brinco, um brinco. São limpos, não há sujeira.

O cemitério de Taguatinga é cheio de lixo, há covas quebradas, há uma esculhambação. Só há 6 capelas em funcionamento. A última, que seria o templo, está fechada há mais de 3 anos. Ela havia sido direcionada para as vítimas da covid, mas isso não é mais necessário. Mesmo assim, ela continua

fechada.

Esse enterro, no domingo, foi feito diretamente na cova porque não havia capela. Eles oferecem vários serviços, um deles são as cadeiras; então, vamos alugar cadeiras. Quando as cadeiras chegaram, sinceramente, se você sentar no chão em qualquer cidade que não haja asfalto, talvez você se suje menos do que se sentar naquelas cadeiras – uma vergonha –; além do atraso. O coitados dos trabalhadores estavam sofrendo.

Pasmem, só há apenas 1 vigilante por período, para todo aquele lugar: as capelas, o estacionamento – vira e mexe há furtos de carros –, os túmulos, toda a estrutura daquele cemitério. Apenas 3 pessoas fazem a limpeza da estrutura, principalmente da área administrativa.

Sinceramente, senhores servidores, o que eu vi e ouvi daqueles trabalhadores sentados em cadeiras sujas, o piso sujo, tudo cheio de poeira... Nitidamente ali não há condições nem de se fazer uma limpeza, a não ser com um jato d'água para lavar tudo.

Perguntei ao rapaz que trabalha lá: Meu amigo, por que é assim? "O pessoal entra aqui, é sujo porque a gente mexe com terra e tal..." Mas os trabalhadores vão sentar em cadeiras quebradas, sujas, numa mesa toda suja? Ora, há apenas 3 pessoas para fazer a limpeza das capelas, onde toda hora há um volume enorme de gente, porque em média há 20 enterros por dia, só em Taguatinga. Vejam o lucro! São 20 enterros. A equipe que trabalha para a roçagem e para fazer o enterro propriamente dito não dá conta.

Então, aquela empresa que veio para Brasília, ao que parece, foi só para sugar. Eles estão sugando o máximo que podem dos brasilienses, sem dar condições e dignidade para as pessoas enterradas e para os familiares. É uma vergonha, presidente.

Olha, eu não queria fazer disso um discurso político, mas é vivência, porque, infelizmente, eu também tive que passar para lá (*sic*). Uma vez que tenho parentes que são enterrados naquele local, aquilo faz parte agora da minha vida. E, se faz parte da minha vida e da vida de todos os brasilienses que têm pessoas enterradas, nós devemos dar uma resposta.

Já liguei para a secretária Passamani, que ficou abismada com a minha reclamação, com a minha denúncia. Deputado Chico Vigilante, já mandei a denúncia ao Procon, porque é uma péssima prestação de serviço. Como é contrato, eles precisam agir, ou seja, todos nós temos que agir com relação ao cemitério, porque é uma vergonha.

Eu costumo dizer que quem não produz para o Estado geralmente é esquecido: o idoso, as pessoas que são detidas e, agora, também os mortos. Não é porque há quem esteja morto lá que não tem que haver dignidade naquele ambiente. Eu estou revoltado com isso! Isso não vai ficar assim. Essa empresa tem que se explicar.

Fiz também uma denúncia ao Ministério Público sobre esse contrato, porque eles fornecem lá uma tabela, mas não dizem a real tabela para as pessoas carentes e oferecem serviços mais caros.

Presidente, desculpe-me por passar do tempo, mas o tema atinge todos nós; se não atinge agora, irá atingir um dia.

Para finalizar, lá há serviços contratados, como eu falei, e um dos serviços que muitos de vocês, talvez, estejam pagando – e que eu também pagava para uma determinada pessoa – é a tal da manutenção. Mas, ao chegar lá, vemos que não há nenhuma manutenção, porque tudo agora é na grama ou no mato, e não fazem a manutenção específica do seu túmulo. No máximo, eles fazem roçagens.

E o que nós estamos fazendo? Cancelando. Portanto, sugiro a vocês que não paguem a taxa de manutenção do cemitério. Sabem por quê? Porque eles não estão mantendo nada, eles estão apenas roçando, quando dão conta. Eu não estou falando dos trabalhadores, eu estou falando da administração. Eles estão, no máximo, roçando aqueles matos. Nem lixo eles conseguem tirar por falta de trabalhador. Isso é uma vergonha!

Nós vamos fazer dessa denúncia uma luta da Câmara Legislativa contra essa empresa que, para mim, é picareta. Por quê? Porque está lidando com mortos? Os mortos podem não reclamar, mas nós vamos reclamar por eles.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, deputado Jorge Vianna. Comunico a V.Exa. que meu gabinete também já está estudando o tema. Eu vou me associar a V.Exa.

Neste momento, tenho certeza de que o secretário Gustavo Rocha está assistindo a nós, um secretário brilhante e competente, assim como sua esposa, que é uma grande secretária. Peço à doutora Marcela Passamani que mande fazer uma investigação urgente. Assim como V.Exa., eu também perdi parente. E quando nós vamos deixar o corpo do nosso parente lá, nós queremos dignidade.

A minha igreja fica na frente do cemitério da Taguatinga, e V.Exa. falou o espelho do que é aquele cemitério. É desumano! Quem vai para lá está sofrendo naquele momento. Quem presta um serviço público tem que dar, no mínimo, dignidade ao morto que está sendo velado à família, que sente a dor.

Parabéns pela observação de V.Exa. Eu tenho certeza de que o doutor Gustavo Rocha e a doutora Marcela Passamani vão tomar todas as providências necessárias e notificar essa empresa. Parabéns pelo vosso pronunciamento.

Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Peço a gentileza de V.Exa. me deixar para o final da lista dos Comunicados de Líderes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – *ok*, deputada.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Joaquim Roriz Neto. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL-PSB. Como líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, deputado Pastor Daniel de Castro, presidente desta sessão. Boa tarde a todos e todas que nos acompanham no plenário, pela TV Câmara Distrital e também pelas galerias. Saúdo todos e todas que nos acompanham e os futuros e futuras servidoras. Contem com o nosso apoio nesta casa, sobretudo os especialistas em saúde: dentista, assistência, Avas e ACS. Nós sabemos da importância de vocês. A equipe do Ibram e do DER sabem do nosso compromisso de valorização profissional. Contem também com a nossa casa e com o nosso apoio na fiscalização das ações, na importância do cumprimento da política pública na ponta.

Presidente, como líder, vim explicar para a população que o PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, entrou com uma ação judicial contra o GDF a partir da minuta que está tramitando sobre a entrega da rodoviária do Plano Piloto. Nosso bloco PSOL-PSB foi contrário à privatização da rodoviária e, naquela época, já alertávamos sobre os problemas que estavam listados para a população do Distrito Federal.

Primeiro, rodoviária é o maior terminal rodoviário do Distrito Federal, é um *hub* que interliga várias cidades. Não tem nada a ver comparar a rodoviária do Plano Piloto com o aeroporto ou com a rodoferroviária – antiga rodoviária interestadual –, porque na rodoviária interestadual e no aeroporto você não é obrigado a passar todo dia, pois você somente vai quando vai viajar. Na rodoviária do Plano Piloto, não! Ela é um ponto central da cidade. E pasmem: nós lutamos contra a privatização. Apresentamos todos os dados do porquê ela não deveria ser privatizada; explicamos que privatizar, por si só, não resolveria os problemas.

Agora, deputado Fábio Félix, saiu a minuta, e o nosso partido, muito rapidamente, com a nossa presidenta Giulia Tadini, fez a ação com os nossos advogados para a judicialização. A minuta traz, senhoras e senhores, uma perversidade que só reflete a história deste Distrito Federal, um Distrito Federal que tem horror a pobre, que tem horror às pessoas mais vulneráveis.

Esta cidade, que vai fazer agora 64 anos de progresso, a cidade do futuro, sempre expulsou a classe trabalhadora do chamado centro, não permitindo que ela morasse perto dos seus lugares de trabalho; não permitindo que tivesse acesso aos equipamentos culturais, aos equipamentos de saúde, de lazer na cidade.

A minuta traz uma perversidade explícita que, quando eu li, deputado Pastor Daniel de Castro, eu me senti no século XIX. Eu falei: “Não é possível que, em pleno século XXI, uma minuta de concessão traga isso no seu termo”. E está lá na alínea *d* da minuta. Está bem assim: “Entre as obrigações da concessionária estão coibir a permanência ou circulação de mascates, ambulantes ou vadios, podendo recorrer ao auxílio dos bons ofícios da segurança pública e dos poderes públicos competentes”.

“Ambulantes, mascates ou vadios”, alguém quer descrever quem é essa pessoa na rodoviária hoje? Isso é uma vergonha para o Distrito Federal! Como é que vamos permitir que uma minuta diga explicitamente para as pessoas que uma concessionária que vai assumir o maior terminal rodoviário e que deveria manter, entre as suas obrigações, um elevador funcionando, a limpeza, o acesso, deva coibir os ambulantes, os mascates ou os vadios! Quem são os vadios?

Para quem não conhece a história – estou falando do século XIX –, ocorreu em um dos nossos códigos penais o crime de vadiagem. O desempregado é vadio para o Estado. Aquele que está buscando emprego é vadio para o Estado. Aquele que vai à rodoviária comprar as balinhas para vender no sinal é vadio. Essa é a visão com a qual precisamos romper. Pelo amor de Deus! Nós não estamos mais no século passado. Isso não pode ser permitido.

A judicialização do PSOL é acertada. A rodoviária é um bem público, e a concessionária não pode impedir a livre circulação das pessoas, de quem quer que seja. Temos que ser um Estado que agregue e acolha as pessoas – independentemente da situação financeira, psicológica, social; da vestimenta; de qualquer coisa que seja. Senão, daqui a pouco, vamos estabelecer quem deve ou não usar a rodoviária, o padrão estético que deve usar a rodoviária. E aquele trabalhador que fez a compra na Feira dos Goianos e terá que passar pela rodoviária, porque precisa chegar a Sobradinho para vender na feira, é mascate?

(Soa a campainha.)

DEPUTADO MAX MACIEL – Para concluir, senhor presidente.

Ele é ambulante, então nós vamos coibir o seu acesso? Isso, mais uma vez, é uma forma de expulsar os pobres do centro, de impedir os pobres de ter acesso ao que é deles por direito.

Nós vamos seguir lutando contra essa privatização – e essa minuta só reforça que nós estávamos certos. Essa é uma ação higienista da cidade, é uma ação para expulsar cada vez mais a classe trabalhadora. E outra: não conseguem trazer uma resposta de como vamos resolver a situação dos mais vulneráveis da cidade.

Mais uma vez, eu reafirmo, deputado Pastor Daniel de Castro: das 3 mil pessoas que o Estado tem cadastradas em situação de rua no DF, apenas 10% estão em situação de mendicância. Dez por cento! Trezentas pessoas estão em situação de mendicância. A maioria daqueles que estão em situação de rua comercializa algo, vigia carro, lava carro, vende pano e balinha no sinal, e não é porque eles querem, não. Podem ter certeza de que, se eles tivessem oportunidade, estariam fazendo outra coisa. Eles estão defasados na escola, e ninguém foi atrás deles. A única forma com que eles conseguem alguma renda é sua atividade naquele lugar.

Se depender da minuta, esses cidadãos podem, agora, ser inibidos de acessar a rodoviária. Fica aqui o nosso repúdio a essa minuta. Quero reforçar mais uma vez que o Partido Socialismo e Liberdade, o PSOL, está atento a cada violação de direito da população mais empobrecida e dos vulneráveis desta cidade.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Parabéns, deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, permita-me saudar a Escola Classe 13 de Ceilândia, de onde eu vim. Saúdo todos os alunos da Escola Classe 13 de Ceilândia. Sejam bem-vindas e bem-vindos!

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputado Max Maciel.

Eu também quero registrar a presença dos alunos e professores da Escola Classe 13 de Ceilândia, participantes do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Elegis, a Escola do Legislativo. Parabéns às nossas crianças. Estão todas felizes por se ver ali na televisão. Que lindo!

DEPUTADA PAULA BELMONTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, quero exatamente valorizar a presença das nossas crianças aqui. Para nós, isso é sempre uma alegria. Eu, especialmente como mãe de 6 filhos, fico emocionada de ver essas crianças. Quisera eu ter tido a

oportunidade de vir ao parlamento e ver a importância dele. Parabéns à nossa Escola do Legislativo e à Câmara Legislativa, que fazem esse trabalho de trazer as nossas crianças e os nossos jovens para conhecer o parlamento.

Eu quero fazer uma pergunta bem rapidamente. Nós estamos no plenário da Câmara Legislativa. Deixem-me explicar uma coisa a vocês: aqui é o lugar dos 24 parlamentares que representam a população. O que os deputados fazem? Vocês já aprenderam e já falaram para mim: fazem leis e fiscalizam.

Aquelas pessoas lá em cima são cidadãos de Brasília que estão aqui para reivindicar alguma coisa dos deputados. Olhem lá. São pessoas que estão pedindo para serem nomeadas. Há especialistas em saúde e aprovados para a Polícia Civil do Distrito Federal. Este é o parlamento, a representação da população.

Que vocês sejam muito bem-vindos e que Deus abençoe cada um de vocês!

Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO) – Obrigado, deputada Paula Belmonte.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Eu vou começar falando sobre as escolas, até por conta dos estudantes que estão saindo do plenário e dos que estão ali em cima. É sempre muito legal ver os estudantes aqui. É um projeto maravilhoso da Câmara Legislativa, que, aliás, tem cumprido o importante papel de ajudar as escolas, de cuidar bem delas.

Quem não está cuidando bem das escolas é o governador Ibaneis e o seu governo, porque essas crianças que estão aqui hoje, junto com outras 500 mil na rede pública de ensino, ainda estão com problemas na merenda escolar. Na merenda e no cardápio dessas crianças, há mais de três semanas, só há porco – quando há proteína. E o governo não resolve a situação. É criminoso o que está acontecendo na capital do país. É má gestão que parece proposital: parece que é para mudar os acordos de compra, porque não há explicação, presidente. Não há explicação para que, há mais de um mês, não se resolva a questão das merendas.

A Secretaria de Educação – nós fizemos levantamento – não cumpriu as recomendações feitas pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público.

Uma delas é a criação de um centro de controle e gerenciamento de estoque, para saber aonde chega, quando chega e quando há. As escolas estão fazendo escambo – troca entre elas – para não ficar sem merenda, não ficar sem lanche. Estão fazendo vaquinha e doação para os professores comprarem óleo, porque o governo não entregou óleo de cozinha. Não há leite nas escolas. Aí a secretaria, hoje, diz: “Normalizou. Chegaram as proteínas.” Recebemos o cardápio da semana até a sexta-feira. Sabe qual proteína chegou? Ovo. É o que vai haver nas escolas até o final desta semana. Não dá para entender.

Outra orientação e recomendação do Tribunal de Contas foi a nomeação imediata de nutricionistas. Hoje há na rede apenas 66. Há 100 aprovados no concurso público só esperando ser nomeados. É fundamental isso. São quase 800 escolas; 66 nutricionistas não dão conta da demanda.

Ainda outra foi reformar e equipar melhor as cozinhas e as dispensas das escolas. Nós tivemos problema, no passado, com armazenamento: havia arroz estragando, carne moída estragando – aliás, houve carne que já chegou imprópria para consumo. Não foi feito um plano de obras. Esta casa já se colocou várias vezes à disposição para ajudar, presidente. Hoje, metade do dinheiro que chega às escolas, para investimento, vem do PDAF e é fruto de emenda parlamentar. É preciso, presidente, um cronograma de obras para reformar, para adequar todas as cozinhas e todas as dispensas da rede pública, porque o que as merendeiras estão fazendo hoje é milagre. É milagre o que elas fazem com as condições que o governo dá.

Para todo mundo que está nos escutando, precisamos dizer isso porque a pressão das famílias acontece onde? Na escola. As famílias estão indo para as portas das escolas como se a responsabilidade pela falta de merenda escolar fosse dos diretores e das diretoras. Não é! A responsabilidade pela falta da merenda escolar é do Governo do Distrito Federal, é da secretária de educação. É ela que não comprou a merenda. E isso é um absurdo, porque nós temos hoje, nos cofres do DF, mais de 10 milhões de reais repassados do governo federal, do PNAE. Não há justificativa para

faltar merenda nas escolas, presidente.

Eu gostaria de encerrar mais uma vez recepcionando bem nossos servidores, aqueles e aquelas que lutam para serem nomeados, para que o governador cumpra os acordos. Está aqui a turma dos Avas e dos ACS, que está pedindo o que foi combinado, o que foi acordado em mesa de negociação. Estão aqui enfermeiros e técnicos em enfermagem pedindo nomeação diante do colapso da rede de saúde. Estão aqui dentistas que precisam ser nomeados, porque nós temos o pior índice de saúde bucal e de atenção no Brasil inteiro.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Nós temos no DF a pior taxa de cobertura de saúde bucal do Brasil.

Aliás, ontem a ministra da saúde, a ministra Nísia, anunciou um pacote de medidas em que o Governo do Distrito Federal deveria se inspirar, de ampliação da rede de atenção primária, da equipe de saúde da família. Para isso, é preciso nomear os servidores, para isso é preciso nomear os dentistas, os técnicos de enfermagem, os enfermeiros, os especialistas, os ACS e os Avas. A ministra anunciou um programa de atenção especializada, de ampliação, de mais médicos. O Governo do Distrito Federal e a capital deste país precisam se inspirar nas políticas públicas que o governo federal têm implementado que fortalecem o nosso SUS, o nosso Sistema Único de Saúde.

Então, eu parabenizo a luta desses profissionais que há 2 anos, 3 anos, todo mundo dizia que eram heróis. Não há herói, há trabalhador que precisa ser valorizado com nomeação, com condições de trabalho, com salário e com carreira. É isso que os trabalhadores da saúde precisam ter.

Para encerrar, senhor presidente, quero fazer um convite. Nesta quinta-feira, o governo federal, o IFB, o Ministério da Educação irão lançar a pedra fundamental da construção do novo *campus* do IFB no Sol Nascente. Haverá 2 novos *campi* no Distrito Federal, um no Sol Nascente e outro em Sobradinho 2. Já há 10, haverá 12.

Essa é mais uma obra com recurso federal, que o Ibaneis disse por aí que não serve para nada. Bom, se não serve para nada, acredito que ele não irá, ou que depois não vai inaugurar a obra. Eu lamento essa postura do governador, porque as obras que estão sendo entregues nesta cidade só estão sendo possíveis – já dissemos isso aqui – graças aos repasses do governo federal, com o Novo PAC.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Neste dia 11, nesta quinta-feira, às 15 horas, será inaugurada a pedra fundamental do novo *campus* do IFB.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Gabriel Magno.

Quero registrar e agradecer a presença do nosso presidente do Ibram, ex-deputado Rôney Nemer, um amigo, egresso desta casa também, com muito carinho o recebemos aqui. E quero dizer que, daqui a pouco, se Deus quiser, nós votaremos e aprovaremos esse importante projeto, que é para o atendimento das necessidades da população.

Fica aqui o nosso agradecimento ao ex-deputado Rôney Nemer. Parabéns pelo excelente trabalho prestado frente aquele instituto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, com todo o respeito ao deputado Gabriel Magno sobre a questão da merenda, problemas existem, e, realmente, a subsecretária da subsecretaria envolvida da Secretaria de Educação estava a desejar em relação à questão das negociações, porque todos sabem da questão do aumento de preço, principalmente, do aumento de carnes.

O governador, de uma maneira assertiva, como sempre, exonerou, em um diário extra, a subsecretária e colocou um servidor já experiente e que já foi testado várias vezes na SUAG – Subsecretaria de Administração da Secretaria de Educação, e, em 3 dias, o governador já resolveu o problema na secretaria. Inclusive, na própria Globo, na segunda-feira, quando estava passando a matéria, novamente, sobre esse tema, os caminhões já estavam chegando às escolas. E não temos só

carne de porco, temos todas as outras carnes. Isso é um problema inerente à questão de gestão que foi equacionado.

Sobre a questão da pedra fundamental da escola técnica do Sol Nascente, isso é ótimo, porque quanto mais verba federal vier para o governo, mais ela será muito bem-vinda. Eu estarei presente também para prestigiar o evento na quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Quero, aqui, agradecer e registrar as presenças dos estudantes e dos professores da Escola Classe 13 da Ceilândia. Sejam muito bem-vindos, eles estão participando do programa “Conhecendo o parlamento”, sob a coordenação da escola legislativa.

Sejam muito bem-vindos. As nossas crianças são o futuro do nosso país.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Só para dialogar também com o deputado Robério Negreiros, acho importante esse gesto do governo de reconhecer que havia um problema e agir. É fundamental que haja essa ação, nós esperamos e vamos acompanhar para que, de fato, ele resolva o problema e as escolas não fiquem sem merenda escolar para as nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra à deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Como líder. Sem revisão da oradora) – Presidente, muito grata. Que Deus abençoe a todos, a todas as pessoas que estão aqui. Já foi falado a respeito da nomeação dos especialistas em saúde, aprovados no concurso público de saúde do Distrito Federal. Já pedimos, aqui, medidas de proteção eficaz para nomear quem cuida da saúde e também os aprovados da Polícia Civil do Distrito Federal e Polícia Militar. Contem todos com a CLDF. Tenham certeza de que estamos todos juntos. (Palmas.)

Eu quero também que vocês aplaudam as crianças que estão aqui, que são o nosso futuro, o futuro do nosso país. (Palmas.) A Câmara Legislativa tem esse trabalho maravilhoso com as nossas crianças. Eu estava dizendo, há pouco, que quisera eu ter tido a oportunidade de vir à Câmara Legislativa e ter visto a importância do nosso voto, a importância de escolhermos os parlamentares, de nos envolvermos com a política para que a política aconteça pela transformação da população.

É um ato de cidadania. É um ato que faz com que as nossas crianças e os nossos jovens sejam preparados para participar de eleição, porque muitos jovens não sabem votar, e adultos também não sabem. Esse é um trabalho da Câmara Legislativa para que possamos, cada vez mais, ter uma população consciente do seu voto. Parabéns à Escola do Legislativo. Parabéns à Câmara Legislativa, que é composta por esses 24 parlamentares, inclusive com o presidente deputado Wellington Luiz.

Presidente, eu quero enfatizar que problemas existem. Eu ouvi o líder do governo, deputado Robério Negreiros, falando a respeito da merenda escolar. Nós entendemos isso. Nós estamos falando de mais de 600 escolas. É lamentável – eu quero registrar –, lamentável que, um dia que seja, as nossas crianças não tenham uma alimentação de qualidade. Muitas crianças no Distrito Federal... É lamentável. Eu acho que é importante nos posicionarmos em relação a isso.

Há crianças que, muitas vezes, só vão à escola naquele dia para se alimentarem. Em diversas famílias do Distrito Federal, a única alimentação que há para os seus filhos é a da escola. Então, não podemos deixar de falar que a alimentação é essencial, a educação é essencial e que deve haver, sim, um cuidado específico de planejamento para essas coisas, para esse tipo de situação. A alimentação das nossas crianças deve ser garantida e com qualidade.

Nós vemos, também, andando pelas escolas do Distrito Federal, a falta de proteína ou a proteína repetida. Muitas das vezes, não há verduras ou legumes. E nós temos dinheiro para isso. Nós estamos falando de mais de 11 bilhões de reais que são para a educação.

Nós precisamos, sim, dar uma educação de qualidade, um ambiente de qualidade para o futuro do nosso país. Ficar aqui falando de criança é muito bonito, mas a efetividade é a realidade, é dentro da escola. Deve haver a valorização dos professores, mas deve haver a valorização das nossas crianças também, porque essa é a mudança.

Todos os que estão aqui passaram por uma escola. Eu vim da escola pública, onde estudei a

minha vida toda. Eu sei da importância da escola para a nossa vida. É possível transformar... É lamentável o Distrito Federal passar por uma situação dessa. Na capital federal, próximo de fazer 64 anos, ainda há crianças, no Distrito Federal, que não têm uma alimentação de qualidade ou sequer têm uma alimentação, uma merenda escolar. Então, eu deixo esse registro.

Presidente, eu quero aqui me posicionar de uma maneira respeitosa em relação a todas as pessoas, inclusive àquelas pessoas que nascem com um gênero – eu nem sei falar muito – e que não estão contentes com o seu gênero. Eu quero ter respeito por todas as pessoas. Eu quero falar em nome de uma mulher simples. Eu nem sei falar corretamente. Eu nasci biologicamente mulher e estou satisfeita em ser biologicamente mulher. Sou mãe de 6 filhos.

Eu peço que nós mulheres nos unamos em relação a isso. Por quê? Porque semana passada, uma pessoa que hoje é trans – não é assim que se fala, deputado Fábio Félix? – estava falando a respeito de um assunto referente a nós mulheres, por exemplo, sobre fazer aborto de 22 semanas. Eu quero dizer aqui que eu, Paula Belmonte, sou uma mulher simples, estou feliz com a forma como eu nasci e não me sinto representada por essa pessoa trans, eu não me sinto representada por ela, principalmente quando ela diz que deve ser aprovado o aborto de uma criança de 22 semanas. Com 22 semanas, uma criança já sobrevive. Quer dizer, é uma pessoa que não tem a minha representatividade, não vai passar por...

(Soa a campainha.)

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – ... não vai passar por nenhuma situação que eu passei na minha vida, nas 6 gestações, e quer legislar a respeito disso... Cada coisa no seu lugar. Eu, como mulher aqui, digo que não me representa. Por favor, cuide da sua pauta, e nós mulheres cuidamos das nossas.

Então, é isso, presidente, que eu quero deixar registrado aqui. Nós temos que defender a vida, defender a vida das nossas crianças e defender, sim, que possamos ter uma gestação tranquila e que as pessoas que possam exercer isso possam falar dessa pauta. Obrigada, presidente.

Mais uma coisa, presidente. Chega outra turma aqui, da Escola Classe 13 de Ceilândia. Se puderem, mostrem essas crianças na televisão. Elas são muito bem-vindas aqui na Câmara Legislativa. Deem um oi.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Peça para virem aqui para a frente, deputada Paula Belmonte.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão do orador.) – Venham para a frente. O presidente está convidando vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Professor deputado Max Maciel, por favor, traga os alunos para cá. Ele está dando autógrafa.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – São alunos do 5º ano. Que vocês sejam muito bem-vindos aqui na Câmara Legislativa. Que vocês aprendam.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Desfile dos alunos da Escola Classe 13 da Ceilândia. Prazer tê-los aqui conosco.

DEPUTADA PAULA BELMONTE (CIDADANIA. Sem revisão da oradora.) – Que Deus abençoe vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Subam aqui para tirar uma foto.

(Registro de foto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Daqui cuidamos dos interesses da população do Distrito Federal.

Suspendo a sessão por 1 minuto.

(Suspensa às 16h31min, a sessão é reaberta às 16h36min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está reaberta a presente sessão.

Concedo a palavra ao deputado Iolando. (Pausa.)

Concedo a palavra ao deputado João Cardoso. (Pausa.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, muito rapidamente, quero pedir a V.Exa. que nos ajude incluindo, na pauta, um projeto que está pronto para ser apreciado. No dia 21 de abril, há a corrida tradicional do *Correio Braziliense*. Já tramitou nesta casa o projeto, que tem a aprovação e o apoio de todos os parlamentares. Ele está pronto para o Plenário. É o Projeto de Lei nº 680/2023.

A minha solicitação é votarmos esse projeto hoje, para que a corrida entre no Calendário Oficial do DF antes de acontecer, no dia 21 de abril. Os organizadores da corrida e os maratonistas que participam do processo têm mandado mensagens para nós, informando-nos da importância dessa corrida.

Se V.Exa. puder incluir o projeto na pauta... Trata-se de uma matéria absolutamente consensual.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito a inclusão, na pauta, do Projeto de Lei nº 680/2023, a pedido do nobre deputado Fábio Félix.

Concedo a palavra ao nobre deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Como líder. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente, a quem cumprimento. Cumprimento todos os deputados e deputadas desta casa. Senhoras e senhores, imprensa, cidadãos que assistem a esta sessão pelas redes sociais, pela TV Câmara Legislativa, alunos e professores que estão aqui, uma boa tarde a todos vocês.

Iniciamos mais uma semana de trabalho neste plenário, e quero aproveitar este momento para compartilhar com a sociedade brasileira um tema fundamental e extremamente significativo para a nossa própria existência. Falo, senhoras e senhores deputados, do casamento, instituição nascida no coração de Deus, projetada para o nosso aperfeiçoamento, berço de nossa própria existência, cofre seguro que guarda e preserva nossos melhores sonhos e nossas maiores conquistas.

Falo isso, presidente, porque ando muito. Ando nas cidades, ando nas igrejas. Estou sempre em reunião com casais. A cada dia que passa, tenho mais consciência da minha função na Câmara Legislativa, como um deputado que representa a família nesta cidade. Para cá, fui enviado por uma comunidade que acreditou na minha promessa de campanha. Não posso abrir mão de estar aqui, nesta tribuna, para falar sobre isso.

O casamento é a nascença da família e é a continuidade da nossa própria ancestralidade. Historicamente, é a base sobre a qual a vida pode ser plenamente aproveitada. Afinal, trata-se de um círculo virtuoso e perfeito sobre o qual nossa existência, de fato, passa a fazer todo o sentido.

Ainda assim, é preciso trazer este registro: no dia 27 de março deste ano, a revista *Exame* publicou um estudo sobre o assunto. Os dados são extremamente preocupantes. Senhoras e senhores, segunda a pesquisa, houve no Brasil 386 mil divórcios em 2021; e alarmantes 420 mil divórcios em 2022. O maior número da série histórica, iniciada em 2007. Aliás, recentemente, a mídia divulgou o término do casamento de uma figura pública muito conhecida na televisão brasileira. E, pelo que foi noticiado, a exposição da intimidade do casal teria sido a principal causa.

Senhoras e senhores deputados, sociedade que nos acompanha nesta tarde, eu creio não haver dúvidas quanto ao fato de que vivemos em um dos períodos mais turbulentos da história do Brasil e, talvez, de maior vulnerabilidade psicológica da humanidade. Como o povo tem sofrido, como nós temos ataque de depressão, de ansiedade, de síndrome do pânico. Como as pessoas estão ansiosas, psicologicamente adoecidas.

A doença da mente tem sido devastadora dentro dos casais, dentro das famílias. Testemunhamos pessoas cada vez mais jovens enfrentando problemas de depressão, lutando contra crise de ansiedade, resistindo com dificuldade à ideia de suicídio e, por incontáveis vezes, acompanhamos o recrudescimento de atos de violência, em várias de suas formas. Realidade cada vez mais inquietante.

Por outro lado, a nossa Constituição Federal reconhece a importância da família e admite a necessidade de implementação de políticas públicas eficientes para protegê-la. E, talvez, nesse ponto, repouse a origem de todo o cenário descrito nesses instantes que lhes falo: políticas públicas eficientes para a proteção da família.

E, para ser ainda mais claro, estou falando da destruição de valores familiares e os impactos

que essa tragédia causa na criação de filhos, principalmente quando ainda são crianças.

Vivemos um tempo, senhoras e senhores parlamentares, de glamorização da aparência. Há uma superficial e equivocada crença de que ser influente nas redes sociais representa o apogeu da própria existência humana. E essa ilusão parece ter suplantado a obrigatoriedade de sermos referência na criação dos nossos filhos. Em vez de ser a referência, deputada Jaqueline Silva...

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... na nossa casa, como pai, como mãe, como instrutor, como pessoa que ama, os nossos filhos estão tendo referência de pais e mães que bombam nas redes sociais.

Pouca coisa temos para aproveitar dali. A compulsão por seguidores nessas redes, infelizmente, se sobrepôs ao vital respeito ao nosso cônjuge e à intimidade do nosso lar. Pessoas expõem publicamente sua intimidade como se sua vida dependesse desesperadamente de elogios, de aplausos, de curtida e de admiração.

Falam de relacionamentos abertos como sinal de empoderamento e modernidade. Pessoas influentes acreditam, ingenuamente, que libertar a base instintiva da humanidade representa uma alternativa válida para alguma suposta evolução da espécie humana. E o que testemunhamos com esse desconstrucionismo planejado de nossos valores é a humanidade mergulhando em direção a um abismo sem fim.

O amor, elemento essencial no casamento, foi reduzido a sinônimo de trivial funcionalidade do sistema límbico. E a indescritível experiência de criar e educar filhos tornou-se algo entediante e sem importância. Ah, se as famílias voltassem a dar valor à criação de filhos! Semana passada, a minha filha, nesta modernidade, teve uma crise de ansiedade – 24 anos, advogada. Eu chorei com ela. Eu a peguei no colo e lhe disse: “Filha, fale, porque eu sou seu pai, eu quero lhe ouvir”. Ela começou a falar: “Não estou dando conta”. Falei: “Arrote, ponha tudo para fora. Eu sou seu pai, sou seu pastor, sou seu psicólogo, sou seu amigo, sou seu confidente. Conte comigo!” Ela está melhorando, porque tem um pai.

Nós estamos perdendo esses valores. Cônjuge parece não ter mais tempo ou interesse em lutar em favor da sua família. Filhos tornaram-se pesos, e a vida foi encaixotada na futilidade que caracteriza essas últimas décadas. Temos o dever institucional de enfrentar essa realidade e exatamente por isso é preciso admitir que essa deterioração de valores, esse desapego aos princípios, essa suposta liberdade do mundo moderno está provocando o esfacelamento da própria sociedade.

Eu faço esse registro, senhor presidente, já encerrando, porque estou convicto de que é preciso interromper esse processo desconstrucionista de nossos valores e da nossa cultura. É necessário recolocar as instituições em seus devidos lugares. Família deve ser protegida, filhos devem voltar a ser educados pelos seus pais.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – A escola deve trabalhar a escolarização, ensinando português, geografia, ciência, e a intimidade do casal deve voltar a interessar apenas ao casal.

Para concluir, senhor presidente, eu faço uma recomendação às famílias que assistem à TV Câmara Legislativa neste momento e assim o faço lembrando o que Paulo escreveu em sua Carta aos Filipenses no capítulo 4, versículo 8: “Quanto ao mais, irmãos, tudo o que é verdadeiro, tudo o que é honesto, tudo o que é justo, tudo o que é puro, tudo o que é amável, tudo o que é de boa fama, se há alguma virtude, e se há algum louvor, nisso pensai”. Que assim seja o aconchego da nossa família, que a nossa família continue sendo o melhor ninho para estarmos pousados, que pais continuem valorizando os seus filhos! Não abram mão dos seus filhos...

(Soa a campainha.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para concluir, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... a bandidagem está aí fora, a droga está aí fora, se você abrir mão dos seus filhos, alguém vai pegar esse menino para cuidar, e você pode ter certeza de que o futuro desse menino, o futuro dessa menina pode ser trágico para a sua família.

E aqui eu termino, presidente, agradecendo pela bondade da extensão do tempo, e dizendo: vivam as nossas famílias, o maior patrimônio da nossa nação, a célula *mater* da nossa sociedade!

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.
Encerramos os Comunicados de líderes.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Chico Vigilante, desculpe-me. Quando eu assumi a presidência, o seu nome estava com um *ok*.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante, como líder.

Lembro que o deputado Rogério Morro da Cruz não está presente porque, infelizmente, foi vítima de um assalto em sua casa. S.Exa. me ligou, ontem, quando estava na 30ª Delegacia de Polícia, recebendo todo o apoio necessário dos nossos policiais. Hoje, está cuidando, obviamente, da situação familiar, que é prioridade.

Deputado Chico Vigilante, desculpa, pois achei que V.Exa. já tinha falado.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Presidente, vou ser breve porque quero votar, hoje, um projeto sobre os servidores do DER, que deveríamos ter votado na terça-feira passada. Os servidores estão presentes e prontos para assistirem à votação. (Palmas.)

Presidente, há algumas coisas que o Governo do Distrito Federal precisa fazer imediatamente. Esta casa tem que cobrar essas ações, porque elas não são questões de oposição ou de governo.

A contratação de servidores da saúde que fazem visitas de casa em casa para combater o mosquito da dengue é muito importante. Ela tem que se dar agora porque não adiantará, no próximo ano, em outra epidemia, passar fumacê, enquanto as pessoas morrem, e as UTIs ficam entupidas, como agora. A contratação tem que se dar agora. A saúde não espera. Não podemos ficar esperando. Portanto, é preciso que toda esta casa cobre. Vou cobrar.

Há também a situação da segurança pública do Distrito Federal. (Palmas.) Na semana passada, visitei o 8º Batalhão da Polícia Militar da Ceilândia. Ele está numa situação completamente inadequada. Essa companhia de polícia foi construída no governo Cristovam Buarque – inclusive, eu entreguei a chave – e abriga, agora, o 8º Batalhão. Ela não pode continuar daquele jeito. Só há 7 viaturas para cuidar de toda a parte de Ceilândia Sul, composta por P Sul, Guariroba e Ceilândia Sul. Ainda há o Pôr do Sol, que fica próximo. Inclusive, há um terreno reservado para a construção de novo e moderno quartel, mas também é preciso nomear os policiais.

A mesma coisa se dá na Polícia Civil, que, daqui a uns dias, vai fechar delegacias, novamente. Presidente, V.Exa. é policial. É preciso que lutemos pela contratação de policiais.

Presidente, fiquei esperando que alguém falasse sobre um assunto, e ninguém falou. Por isso, deixei para falar por último. Eu queria ver se alguém aqui teria a capacidade de defender um canalha. O canalha de quem estou falando é o sujeito que nasceu na África do Sul, tornou-se, à custa da exploração das pessoas, um dos maiores bilionários do mundo e agora acha que pode desestabilizar as democracias para tomar conta das riquezas. Esse elemento chamado Elon Musk é um vagabundo. Ele é um vagabundo. É pena que ele não esteja no Brasil para o Xandão mandar, imediatamente, enquadrá-lo atrás das grades, que é onde ele deveria estar.

Ele que continue provocando as autoridades brasileiras para que seja determinada, pelo Supremo Tribunal Federal, uma medida que eu acho das mais corretas: desligar esse X. E aí está o x da questão: a Anatel pode fazer isso de uma hora para outra. É só haver determinação judicial. Esse elemento parece cachorro buldogue. Cachorro buldogue é muito valente quando está longe das pessoas – é o que ele está fazendo. É fácil ficar plantando bravata lá nos Estados Unidos. Eu queria ver aqui, frente a frente com a democracia.

Portanto, está de parabéns o Supremo Tribunal Federal, por fazer um enfrentamento na defesa da democracia.

Por último, quero convidar V.Exa. e todos que estão assistindo a nós para um importante ato na próxima quinta-feira, dia 11, às 15 horas, lá no Trecho 3, na quadra 202, na Chácara do Padre. O deputado Hermeto vai estar lá.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Na Chácara do Padre, no Sol Nascente. O deputado Robério Negreiros já falou que estará lá, com o presidente Lula,

lançando o Instituto Federal de educação no Sol Nascente. Conversava hoje com José Humberto, e o Governo do Distrito Federal assinará lá a doação do terreno para que seja instalado esse Instituto Federal no Sol Nascente.

(Soa a campainha.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como líder. Sem revisão do orador.) – Ele é muito importante para aquela população. É um ensino de qualidade. A transformação de um país se dá exatamente pela educação. Todos nós estaremos lá para ver o lançamento da pedra fundamental, o posterior início da construção e, depois, estaremos lá, presidente, para a inauguração do Instituto Federal, no Sol Nascente, uma realização do governo do presidente Lula.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante. Isso é extremamente importante.

Eu conheço muito aquela área, até por ter sido presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal, deputado Chico Vigilante. Aquela área já foi usada até para ocupações irregulares, foi objeto de muitos conflitos e agora tem uma destinação extremamente importante e necessária para aquela população, para a comunidade e para toda a população do DF. Ficamos extremamente felizes e, se Deus quiser, vamos estar lá juntos também, na quinta-feira, dia 11 agora, a partir das 15 horas.

Depois, deputado Chico Vigilante, eu pedirei à sua assessoria passar as informações para a nossa, para fazermos o convite a todos os parlamentares. Acho que é de extrema importância para todos nós.

Muito obrigado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado.

Proposital e seguramente, nós não falamos nada, porque também queríamos ver qual era a posição da esquerda, na sua fala, no que diz respeito a Elon Musk.

Primeiro, há o seguinte: toda acusação padece de uma investigação. Eu entendo que esta deva ser extremamente profunda, de modo a respeitar os princípios basilares do direito: a ampla defesa, o contraditório, a presunção de inocência.

É assustador como a esquerda se posiciona. Eu estava lendo hoje: há poucos anos, o José Dirceu falava de fechamento do STF. Há pouco tempo, houve uma fala de membros da esquerda, que dizia que o Xandão tinha recebido 4 milhões de honorários quando era advogado do PCC. Havia vários outros da esquerda que reclamavam sobre a atitude do Supremo Tribunal Federal. Qual foi a decisão do Supremo Tribunal Federal? No que diz respeito à honra, deveria ter impetrado ação por calúnia e difamação. No que diz respeito à fala, a liberdade de expressão foi exercida na sua totalidade, no amadurecimento do Estado democrático de direito. Agora já falam em fechar o Twitter, fechar o X.

Isso é ditadura, senhor presidente. Para eles, permitia-se tudo; para a direita, não se permite nada. A esquerda vem aqui dizer: “Isso é um maluco, é um doido, tem que fechar o Twitter”. Isso é ditadura, senhor presidente. Isso não é democracia. A democracia nos permite falar de tudo, dentro das responsabilidades, observando-se aquilo que não é crime.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Está encerrado o período destinado aos Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Como existem projetos importantes de categorias que estão presentes hoje, primeiro, vou perguntar aos deputados que desejam falar, que estão inscritos, se abrem mão do uso da palavra. O deputado Fábio Félix é o primeiro orador inscrito. A deputada Dayse Amarílio também já está inscrita.

Eu gostaria de solicitar a todos os deputados inscritos que sejam bem objetivos. Eu sei que há essas questões ideológicas e partidárias, mas eu gostaria que procurassem ser breves no uso da

palavra. As galerias estão lotadas, as pessoas estão aqui desde as 14 horas e 30 minutos.

Nós precisamos dar uma resposta para essas categorias. Não vou jamais interferir nas questões partidárias, mas eu acho que se faz extremamente necessária uma resposta.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, apenas para fazer um reforço sobre a fala do senhor, eu sei que este parlamento traz para nós essa ferramenta de falarmos, mas eu queria muito pedir que pudéssemos dar atenção a essas 2 carreiras que têm feito a diferença.

Eu preciso fazer, inclusive, um registro de gratidão. Quero parabenizar todos: tanto os servidores do Ibram quanto os do DER, que têm nos auxiliado muito, têm ajudado o Distrito Federal. (Palmas.) Eu acho que eles merecem, da nossa parte, agilidade na aprovação desses projetos. Esta é a minha fala: que possamos agilizar essa votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada. Eu concordo com V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de me coadunar com a fala da deputada Jaqueline Silva para que possamos entrar nas votações em respeito às categorias.

Aproveitando a oportunidade, eu gostaria de solicitar a inclusão, na pauta de votação, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024. Trata-se da concessão de título de cidadão honorário de Brasília ao ministro André Ramos Tavares, de autoria do deputado Hermeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acolho a solicitação de V.Exa. Solicito a inclusão na pauta de votação do PDL nº 90/2024.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu quero solicitar – eu faria uma breve comunicação agora como parlamentar – que os deputados abram mão do uso da palavra para irmos direto à votação da Ordem do Dia, para que possamos prestigiar tanto o DER quanto o Ibram. O DER sempre está nos ajudando. Nós cuidamos politicamente de algumas cidades, e o DER sempre tem feito um trabalho fantástico em todo o DF.

Vamos entrar na Ordem do Dia, com todo o respeito!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Parabéns! Belíssima iniciativa!

Sobre a mesa, expediente que será lido pelo senhor secretário.

(Leitura do expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O expediente lido vai a publicação.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Obrigado, senhor presidente.

Boa tarde, servidores, servidoras, deputados, deputadas, servidores que estão na galeria da Câmara Legislativa do Distrito Federal, aqueles que lutam pela nomeação em diferentes concursos públicos. Nós sabemos a importância da recomposição do serviço público do Distrito Federal. Há nomeações na área da segurança pública, da saúde, que são fundamentais. Inclusive, presidente, nós estamos esperando o projeto de lei relacionado ao Sindivacs, que tem lutado até agora. O governo fez um acordo com os ACS; não mandou o projeto para esta casa – nós o estamos aguardando.

Senhor presidente, para não gastar muito o nosso tempo, eu gostaria de falar rapidamente, apesar de eu ser um parlamentar que participa de todas as sessões, que chega cedo e é o último a sair, nós temos que cumprir o rito desta casa. Os Comunicados de Parlamentares e o debate político fazem parte dele, e nós sempre temos que participar disso, porque é uma importante função do

parlamento, até para que haja sínteses políticas.

A primeira questão importante, presidente, está relacionada à saúde mental na Polícia Militar. Eu recebi muita mensagem sobre esse tema na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Esse é um tema importante de direitos humanos. Todo mundo sabe que eu faço cobranças com relação à corregedoria da Polícia Militar; ao comportamento dos policiais; às investigações necessárias no cumprimento do protocolo; à investigação de denúncias por parte da sociedade e da população. Porém, hoje eu estou aqui para cobrar do poder público que, de fato, haja tratamento e atendimento em saúde mental aos policiais militares do Distrito Federal. Eles lidam com questões fundamentais do conflito social, questões agudas da sociedade, e não é possível um policial militar esperar 4 meses para uma supervisão na saúde mental, para um atendimento psiquiátrico, para um atendimento psicossocial. Isso é inaceitável, e também coloca em xeque o direito da população à segurança pública.

Se há clínicas conveniadas insuficientes que não dão conta do atendimento, o poder público e a gestão da polícia militar, a comandante-geral da Polícia Militar, precisam imediatamente arrumar uma solução para isso, até porque há o Centro de Assistência Social da Polícia Militar, que hoje tem 1 psiquiatra. Há apenas 1 psiquiatra para fazer o atendimento, o que é insuficiente.

Nós sabemos a complexidade das temáticas com as quais a Polícia Militar lida todos os dias. Eu falo aqui como presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, quando é preciso criticar a instituição ou qualquer comportamento de policiais militares, faço uso desta tribuna, sempre com independência, mas hoje estou dizendo que é preciso cuidar dos servidores, dos trabalhadores. Ninguém trabalha sem cuidar da saúde mental. Se esse já é um problema de toda a rede de atendimento psicossocial da cidade, isso toca especialmente os policiais militares.

Eu não vou entrar em detalhes sobre a questão do suicídio, que é um tema extremamente complexo e delicado. Há uma literatura que nos fala que não devemos publicizar em grande medida as questões relacionadas ao suicídio, mas nós sabemos que esse é um evento comum na Polícia Militar, e há várias causas para ele. Uma delas é a ausência de tratamento e atendimento adequados para os policiais militares no que diz respeito à saúde mental. É urgente esse tema ser tocado pelo Governo do Distrito Federal, pelo poder público.

Presidente, eu quero falar sobre um segundo ponto. Fomos provocados aqui, e acho importante tocarmos no assunto relacionado à liberdade de expressão e ao dono do Twitter: um bilionário que pode fazer o que quiser. Talvez, ele esteja de pijama, em casa, operando de qual país vai atacar a soberania hoje. Ele já atacou a soberania nacional de outros países, já bloqueou contas, deputado – que falou antes de mim defendendo-o –, de pessoas que o criticaram, inclusive de jornalistas; disse que ia descumprir a legislação – e não era a do Brasil, não, mas a da União Europeia! – e bloqueou contas. Ele bloqueia, de forma arbitrária, contas de pessoas pelo mundo. Ele operou para que o Twitter apoiasse, naquele contexto, o golpe da Bolívia, contra o grupo de Evo Morales. Há vários indícios da atuação arbitrária de Elon Musk, um bilionário que ataca a soberania dos países...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – ... de forma extremamente arbitrária. Não me parece razoável que alguém defenda a postura irresponsável desse senhor, que é o dono do X, do Twitter.

Deputado Robério Negreiros, V.Exa., que lida com a classe empresarial deste país, sabe que essa classe paga impostos, está sob regulação do Estado e tem que seguir regras. Outros parlamentares que lidam com essa classe também sabem disso.

Essas *big techs* querem fazer as coisas acima da lei, acham que estão acima da lei. Não existe nada que seja proibido nas relações sociais humanas presenciais que possa ser legalizado na internet. O que é crime nas relações presenciais também deve ser considerado crime na internet. Por isso, é preciso que haja regulação das redes sociais. Isso não é para calar a boca de ninguém, é para que as pessoas não cometam crimes na internet.

Esse senhor tem que se submeter à legislação brasileira, bem como à legislação de outros países. Somos um país soberano, autônomo, que tem liberdade de expressão, sim, e não precisamos de um bilionário tutelando a Constituição brasileira.

Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

DEPUTADO HERMETO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu não ia fazer esse pronunciamento agora, porque eu estava procurando alguns dados, mas o deputado Fábio Félix, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, tocou no assunto.

Eu quero externar toda a minha preocupação, deputado Fábio Félix, porque 9 policiais se suicidaram, só em 2024! No domingo, foram-se 2 policiais – 2 soldados. E não se trata de policiais antigos, não; mas policiais jovens, que entraram na corporação há pouco tempo. É alarmante, é preocupante o que está acontecendo.

Estamos trabalhando de forma imediata. Temos que buscar uma alternativa rápida – como disse o deputado Fábio Félix –, o comando da PM, com o DSAP, com o governo, todos, porque há algum problema. Nove policiais, deputado Fábio Félix, deputado Ricardo Vale, tiraram a própria vida.

Há um serviço voluntário, deputado Fábio Félix – já falei disso –, que foi criado há alguns anos, para que o policial faça, na hora de folga, um trabalho gratificado, não como uma obrigação, mas como uma opção, e hoje o policial é escravo do serviço voluntário. Ele sai do serviço de 12 horas e já coloca o nome para trabalhar. V.Exa. sabe por quê, deputado Fábio Félix? Porque ele implementou, no seu orçamento mensal, o serviço voluntário – acredito que isso também aconteça na Polícia Civil. Há policiais com endividamento total. É claro que isso é preocupante. Essa situação não acontece só com o policial, mas com várias categorias – a dos professores é um exemplo –, só que nós andamos com a arma ponto 40 na cintura. A diferença é essa.

Eu tenho conversado muito com a coronel Ana Paula. Há um psiquiatra para atender a corporação, e precisamos fazer credenciamento de clínicas de psiquiatria.

Presidente e deputado Fábio Félix, nós precisamos da valorização de todas as categorias que recebem o serviço voluntário gratificado. Somos a única categoria que recebe menos, porque pagamos o imposto de renda. Deputado Roosevelt, o bombeiro e o policial militar recebem 110 reais a menos. Por que não pode haver uma equiparação, via decreto, já que para nós, deputado Roosevelt, isso demora tanto, porque tem que passar pelo Congresso Nacional? Por que não dar um aumento diferenciado para que, na remuneração líquida, fique todo mundo junto, com o mesmo valor? Com 110 reais a mais, ficariam todos juntos: a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO HERMETO – Nós precisamos de um plano de reestruturação urgente. Atualmente, o policial leva 10 anos para passar de soldado para cabo. Precisamos urgentemente de medidas que possam trazer bem-estar ao policial militar. É preocupante e triste o que está acontecendo. A nossa corporação está sangrando e sofrendo.

Deputado Chico Vigilante, eu escutei de um médico psiquiatra o seguinte: “Hermeto, a pior dor não é a dor física; é a dor da alma que não tem remédio”. Se estiver doendo a sua perna, você toma um anti-inflamatório e a dor passa. Mas a dor da alma é cruel. A alma doente leva a pessoa a fazer o que está fazendo.

Externo a minha solidariedade aos meus colegas, que hoje estão sofrendo, porque muitos deles estão trabalhando doentes para não perderem a gratificação do serviço voluntário.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, obrigado.

Eu gostaria de fazer uma correção ao que disse o deputado Fábio Félix quando se referiu à pessoa que o antecedeu. Quem o antecedeu fui eu. Por isso, vou falar diretamente a S.Exa.

Deputado Fábio Félix, V.Exa. disse que o deputado que o antecedeu veio defender Elon Musk. Eu não fiz nenhuma defesa, e V.Exa. está convidado a analisar e estudar a minha fala. Por mais que eu não tenha dificuldade em fazê-lo, está aqui a matéria do Poder360, com o título: “Petistas que hoje

defendem Moraes o chamavam de 'golpista' em 2016". Há no portal do Senado Federal: "Senadores pedirão *impeachment* de Alexandre Moraes. O pedido conta com o apoio do senador Randolfe Rodrigues". No portal Metrôpoles, há a matéria de 31 de agosto de 2023, com o título: "Site oficial do PT mantém crítica a Moraes: 'Despreza as instituições'". Os senhores nos acusam de fazer o que os senhores fazem. Podem olhar, nos anais desta casa, se eu fiz alguma defesa.

Ao final, eu disse o seguinte: "Particularmente, prefiro esperar a divulgação de todas as informações para me posicionar sobre o assunto". Eu só falava que aquilo que os senhores chamam hoje de *big techs* e *fake news*, antes para os senhores, era liberdade de expressão.

Está ficando muito feio para a esquerda defender o indefensável.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Meus amigos, deputados e deputadas, vou encarecidamente fazer um pedido, e eu volto a dizer que nunca interfiro nessa disputa – legal, legítima – ideológica, partidária. Mas nós estamos aqui, hoje, com 2 categorias extremamente importantes. Trata-se de projetos que elas aguardam há muito tempo. O Executivo fez a parte dele. Esta casa cobrou, por diversas vezes, que este projeto chegasse aqui. Estão presentes os diretores dos órgãos, os servidores. Eu acho que não é justo ficarmos protelando essa votação. A toda hora há pessoas pedindo aparte e o uso da palavra.

(Manifestação na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, pedirei encarecidamente isso. Após a votação, eu me comprometo a ficar com V.Exas. aqui, até meia-noite, 1 hora da manhã. Eu já estou velho, e velho não dorme mesmo. Mas vamos deixar que seja feita a votação. Peço isso encarecidamente, porque isso é importante, em respeito a estas pessoas que aqui estão.

Concederei a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa e à deputada Dayse Amarílio.

Depois, se os deputados concordarem, iniciaremos as votações extremamente importantes.

Concedo a palavra ao deputado Eduardo Pedrosa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, serei breve, respeitando o meu espaço nos Comunicados de Parlamentares.

Em primeiro lugar, quero parabenizar os servidores do DER que estão aqui e mandar um abraço a todos os servidores, bem como ao pessoal do Ibram, ao pessoal da Polícia Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Eu acho que todos os servidores são muito especiais e merecem o nosso reconhecimento, o nosso carinho. Em especial, ao pessoal do DER quero fazer referência, porque eu, frequentemente, tenho buscado visitar as obras e ver como elas têm acontecido. Se existe obra no Distrito Federal, é pelo fruto do trabalho de pessoas que estão por trás, todos os dias, dedicando-se para que isso aconteça. Se há segurança pública, é porque o pessoal da Polícia Militar e da Polícia Civil têm trabalhado para isso.

Hoje eu trago essa questão da saúde mental também das polícias, das forças de segurança – como tem sido noticiado ao longo desta semana. Eu penso ser um assunto de extrema relevância para o Distrito Federal, para a nossa população, porque nós não temos como garantir uma segurança que seja, de fato, de primeira linha sem cuidarmos dos profissionais que estarão na rua se dedicando à nossa população.

Então, antes de mais nada, é necessário cuidar dessas pessoas com todo carinho e toda atenção devidos àqueles que saem de casa para defenderem as nossas vidas.

Não é possível trabalhar com essa questão da saúde mental sem garantir psicólogos, sem garantir um acompanhamento psiquiátrico, sem garantir políticas voltadas para a saúde mental. É necessário haver um trabalho nesse sentido, e eu não poderia, também, deixar de citar isso.

Por fim, presidente, eu quero fazer uma homenagem – e eu não sei se conseguiram prepará-la para eu mostrar aos senhores aqui – brevemente. Nesta, semana, eu, como presidente da Frente Parlamentar de Enfrentamento ao Câncer, decidi promover essa ação por meio dessa frente, porque o câncer é uma doença que tem dizimado muitas famílias no Distrito Federal, no Brasil e no mundo. Eu acredito que as políticas públicas voltadas para a saúde, no enfrentamento ao câncer, precisam ser

uma prioridade para todos nós.

Quando eu constituí essa frente parlamentar, recebi ajuda de muitas pessoas que me ensinaram muito, muito – pessoas que são membros dessa frente parlamentar e que nos ajudaram a conseguir grandes avanços. Por exemplo, no início do ano, obtivemos um equipamento de radioterapia para o Hospital de Base, no intuito de diminuirmos as filas.

Ao longo desta semana, nesse final de semana, 2 dessas pessoas que eram membros dessa frente junto conosco se foram. Uma foi a Bete, que estamos vendo na imagem. Eu quero fazer uma homenagem a ela. Ela era uma pessoa muito querida, que nos ajudou muito, nesta casa, na discussão da frente parlamentar, nessa batalha enorme pelas pessoas, pelo paciente oncológico. Quero passar esse vídeo para que possamos mostrar a imagem da Kellen.

A Kellen era uma pessoa incrível e teve oportunidade de vir aqui várias vezes para dar depoimentos. Ela deu um depoimento muito especial para nós nesta casa. Eu fico até muito emocionado ao ver a imagem dela. Ela era uma pessoa que exalava uma alegria enorme e lutava muito para que outras pessoas pudessem viver.

O legado delas continuará vivo. Eu espero que honremos toda a batalha, a luta delas pelas pessoas que precisam do nosso cuidado e da nossa atenção com relação ao enfrentamento do câncer no Distrito Federal e aos pacientes oncológicos.

Acho que há uma fala que ela fez no plenário, mas não sei se houve tempo de colocá-la.

(Apresentação de vídeo.)

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Essa era a homenagem que eu queria fazer, e concluo com essa fala da Kellen, que será eterna nos nossos corações. A luta dela será a nossa luta cotidiana nesta casa para ajudarmos todas as pessoas do Distrito Federal e os pacientes oncológicos que precisem de suporte e atendimento no enfrentamento ao câncer.

Contem sempre conosco. Fica a nossa homenagem a essas 2 guerreiras.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa. Parabéns!

Concedo a palavra à deputada Dayse Amarílio.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, quero dar boa-tarde a todos e a todas. Vou tentar ser bem breve em respeito às pessoas presentes na galeria. Estamos aqui para falar na terça-feira e também estaremos na quarta-feira e na quinta-feira.

Quero fazer algumas observações.

Vou ler o que está ali: “Senhor governador, nomeie os especialistas em saúde aprovados em concurso público”.

(Manifestação na galeria.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Esse concurso está para vencer, e tenho falado muito sobre a importância de vocês. Muitas vezes, não conseguimos executar projetos, fazer a administração na ponta por falta de servidores, os quais poderiam fazer toda a diferença.

Estão ali os técnicos em enfermagem. Olhem só: há 3.065 técnicos em enfermagem preparados para entrar, e há, vamos dizer assim, uma vacância de quase 6 mil cargos de técnicos em enfermagem.

Eu quero ler, de maneira especial, o que trazem os agentes comunitários de saúde. Eu fico triste em ler isso, e feliz por outro lado. A faixa diz: “Governador Ibaneis Rocha e Celina Leão, obrigado pelo reconhecimento e pela valorização dos agentes comunitários de saúde. Gratidão”.

Eu falo isso com pesar, porque nós estávamos muito felizes e emocionados no auditório desta casa, a qual trabalhou, em parceria com o sindicato e com a categoria, para conseguirmos uma negociação com o governo. Estávamos muito felizes, inclusive com o auditório lotado, fazendo vídeos, agradecendo ao governador, agradecendo à governadora, agradecendo ao Gustavo Rocha, e embaixo estava assim, presidente: “Secretário Ney Ferraz, aguardamos o cumprimento do acordo feito entre o GDF e a categoria e o envio imediato do projeto de lei dos ACS”. Foi feita uma negociação ontem, a secretária muito gentilmente esteve na audiência pública a tarde inteira, ela sabia do projeto, mas não

conseguimos entender o que está acontecendo, se há uma falta de comunicação do próprio governo...

Por que eu falo isso? Porque eles trouxeram uma proposta que foi apresentada em uma assembleia. Eu fico muito preocupada, porque houve uma negociação que foi feita para tirar uma categoria da greve em um momento que nós estamos vivendo uma epidemia de dengue. Assim, o sindicato recebe uma proposta do governo, leva à assembleia, dizendo que o projeto chegaria em março – março acabou, estamos em abril –, e ele não chega! Logo, muito tristemente, a categoria – eu falo isso com tristeza, mas há o direito da categoria –, pressionando o sindicato para saber o que vai acontecer, quer retomar a greve.

Greve, neste momento, é o que nós não queremos. Eu acredito também que a categoria não queira a greve. Ninguém quer fazer greve! Estive no Varjão hoje, e cada dia mais eu vejo a importância que esse profissional tem lá na ponta, inclusive no combate à dengue.

Então, nós entramos nesse circuito, é muito importante falar da importância desta casa para que tenhamos uma comunicação com o governo.

Voltando ao assunto, há a polícia. Colocamos um projeto da pecúnia que fala que estávamos perdendo servidor com déficit gigantesco – e temos a informação de que inclusive a Delegacia da Mulher está funcionando com aquele sistema de tirar o cobertor de um para poder cobrir o outro.

Nós não vamos resolver esse problema se não houver o compromisso do governo de sentar com essas categorias e apontar um cronograma! Nós precisamos saber o que é importante para o Governo do Distrito Federal. É importante a saúde? Cadê o cronograma de nomeação, então, para entendermos qual é essa importância? É importante a segurança? Nós trouxemos um tema aqui falado por todos os deputados com muita coerência, inclusive deputados que entendem o que estão falando, como deputado Hermeto, que falou da polícia. Isso é muito sério! Quando falamos que isso é muito sério, uma das razões que está nos fazendo adoecer é trabalharmos com um dimensionamento caótico. Se não houver a reestruturação da força de trabalho, nós vamos adoecer mesmo!

(Soa a campainha.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Para terminar minha breve comunicação, presidente, eu quero só dizer que nós precisamos pensar na saúde mental desses trabalhadores, sim, e é muito importante pensarmos nisso. Trata-se de algo simples.

Eu sou servidora há 23 anos e eu estive no hospital hoje. Sabe-se que ser da enfermagem é sofrência, é luta atrás de luta. A minha mãe fala que eu escolhi sofrer várias vezes, porque eu sou professora e enfermeira. E sofremos por situações, às vezes, pequenas. Vou contar uma situação para os senhores: há uma lei federal que fala que nós temos que ter a lei do repouso digno. Isso é um absurdo, mas temos o direito a repousar apenas por 1 hora, enquanto algumas categorias têm verdadeiras suítes de luxo, inclusive dentro do hospital público. Muitas vezes, as categorias dormem dentro do carro, com barata, infiltração, porque não têm um lugar para dormir.

Hoje eu fui a um hospital. Algumas categorias acham que têm o direito de pegar uma sala para repouso e dá-la para uma pessoa, pegar a chave, trancar a sala e levar a chave para a casa. Nós temos que entender que o tratamento isonômico é responsabilidade do gestor também. Se um profissional tem direito a um local para repousar no seu horário de repouso, que é por lei digno; todas as categorias têm que ter o direito digno. Eu vou continuar fiscalizando, entrando nos hospitais e vendo, porque o tratamento tem que ser isonômico, assim como a escala tem que ser cumprida! Nós vamos começar a realmente entender quem é que está no plantão e quem não está! E nós vamos fiscalizar, porque o tratamento, deputado Gabriel Magno – que preside a CESC comigo –, tem sido não isonômico, e é dado, inclusive, pela direção do hospital.

Se uma categoria tem direito a repouso digno, todas as categorias têm que tê-lo, inclusive a enfermagem. Nós não queremos só aplauso na janela, não; nós queremos dignidade! Isso começa por um lugar digno para nos deitarmos. Então, nós vamos lutar por isso e vamos fiscalizar.

Obrigada, senhor presidente. (Palmas.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu estou inscrito para falar ainda, mas eu gostaria de fazer um apelo aos nossos pares para que invertamos a ordem: votemos primeiro, e os parlamentares que ainda não falaram, como eu, falem no Grande Expediente. Senão, vamos acabar ficando sem quórum para votar os projetos.

Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni. Assim o faremos, se os deputados concordarem. Caso contrário, não posso acolher seu pedido, apesar de ele ser extremamente justo. (Pausa.)

Dessa maneira, encerro os Comunicados de Parlamentares.

Agradeço a compreensão dos deputados e, mais uma vez, a demonstração de sensibilidade, zelo com a coisa pública e com os interesses de todos os servidores.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, eu quero deixar claro para quem está assistindo à TV Câmara Distrital e para quem está aqui que há 3 dias de sessão: terça, quarta e quinta-feira. Às vezes, o único dia em que nós conseguimos falar é na terça-feira, inclusive por questão de quórum. Então, se a causa for o quórum, é necessário só todos os deputados descerem e nós ficarmos até a hora que for, inclusive amanhã e quinta-feira.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputada Dayse Amarilio.

Antes de iniciar a votação, pergunto aos líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 93 vetos, itens nº 1 a nº 92, e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, passaremos à apreciação do primeiro item.

Item nº 93:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

Aprovado o parecer favorável da CDESCTMAT. A CAS, CEOF e CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, com fundamento no art. 164, § 1º, inciso I, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, tendo em vista que visa a promover mudanças nos quantitativos de cargos que compõem a carreira de atividades do meio ambiente, justificada a necessidade pelo fato de que a execução da política ambiental tem exigido uma força de trabalho mais capacitada e qualificada, com habilidades e competências conectadas com as atividades de grande importância para o desenvolvimento sustentável do Distrito Federal, relacionadas ao meio ambiente, bem como requer formações multidisciplinares para obtenção do melhor resultado, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.003/2024.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Martins Machado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

A alteração não acrescentará despesas ao Governo do Distrito Federal, razão pela qual manifestamos voto pela admissibilidade do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Eduardo Pedrosa.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, designo o deputado Iolando.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Iolando, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO IOLANDO (MDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

O projeto de lei visa alterar o quantitativo de cargos da carreira de atividades do meio ambiente.

Diante do exposto, tendo em vista que a proposição observa todas as exigências formais e materiais de ordenamento jurídico e fornece desenvolvimento de atuação governamental, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo.

É o parecer, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Iolando.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.003/2024.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O Projeto de Lei nº 1.003/2024 está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 94:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a alteração de estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estrada e Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Como foi apresentada uma emenda ao projeto, vamos, primeiro, ao parecer da CCJ. Vamos inverter a ordem de apresentação de parecer das comissões em razão da emenda apresentada ao projeto, para que depois não precisemos retornar à referida comissão.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências".

Presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição e da emenda modificativa apresentada no âmbito da CCJ.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana sobre a matéria.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana ao Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências".

Senhor presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.004/2024, com o acatamento da Emenda nº 3.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, designo o deputado Pastor Daniel de Castro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Pastor Daniel de Castro, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, quanto aos aspectos de mérito, manifestamos voto pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.004/2024, com o acatamento da Emenda nº 3, modificativa.

É o parecer da Comissão de Assuntos Sociais, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências”.

O projeto de lei visa alterar a estrutura administrativa de cargos comissionados do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal.

A proposição está acompanhada da estimativa do impacto orçamentário e financeiro, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

No âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 1.004/2024, com a Emenda nº 3.

É o parecer, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.004/2024, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental. (Palmas.)

Quero registrar a presença da doutora Juliana, chefe de gabinete da vice-governadora Celina Leão. É um prazer tê-la conosco. Muito obrigada, Juliana.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, eu gostaria de propor o encerramento desta sessão e a abertura de sessão extraordinária para votação, em segundo turno, dos 2 projetos dos servidores. (Palmas.)

Depois abrimos a discussão dos demais projetos em primeiro e segundo turnos, até porque os servidores estão aqui, e aí fazemos o debate.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a minha proposta é no mesmo sentido, só que eu acrescento que possamos votar agora o projeto da corrida do *Correio Braziliense*. Em seguida, V.Exa. encerra, e aí votamos os projetos em segundo turno.

Digo mais: há uma pessoa que lutou muito por esse projeto. Ele é um funcionário de Estado, não é funcionário de governo, que é o Fauzi. Eu tomei conhecimento de que ele está numa reunião no Tocantins, onde é presidente da associação nacional dos DERs. Ele está no Tocantins acompanhando pela TV Câmara Distrital esta votação aqui. Certamente, ele está satisfeito. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a questão do deputado Chico Vigilante. Então, nós vamos votar o projeto que o deputado Fábio Félix tinha solicitado. O deputado Gabriel Magno concorda?

Enquadra esse povo, deputado Chico Vigilante. Cada um está falando uma coisa.

Incluo extrapauta o Projeto de Lei nº 680/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Institui e inclui o Dia da Maratona do *Correio Braziliense*, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Passamos à apreciação desse item.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 680/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Institui e inclui o Dia da Maratona do *Correio Braziliense*, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

O deputado Robério Negreiros acabou de solicitar que sejam votados outros projetos. O deputado Hermeto tinha feito solicitação também. Vamos votá-los logo. Depois votamos em segundo turno. Como foi feito o pedido, respeitando a vontade dos deputados.

Item nº 101:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 989/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00".

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF deverá se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Eduardo Pedrosa, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 989/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00".

A proposição tem por finalidade abrir crédito no valor de R\$ 206.699.527,00 em favor da Companhia Energética de Brasília, com o objetivo de promover a substituição de luminárias convencionais por luminárias de LED do Parque de Iluminação Pública do Distrito Federal e a implantação de usina fotovoltaica.

Tendo em vista que a proposição observa as exigências formais e materiais do ordenamento jurídico e favorece o desenvolvimento da atuação governamental, no âmbito desta comissão, manifestamos voto pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 989/2024.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 989/2024, em primeiro turno.

Concedo a palavra ao deputado Gabriel Magno.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, a nossa tarefa é discutir, por isso propusemos, inclusive, inverter a pauta. Eu acho que esse é um projeto importante, um debate importante para a cidade.

Estamos abrindo um crédito de mais de 200 milhões de reais para a CEB. Recentemente, esta casa, inclusive, autorizou a criação de uma subsidiária – a CEB Ipes.

É fundamental que cobremos do próprio Governo do Distrito Federal e da própria companhia que deem andamento aos projetos de substituição da iluminação convencional por LED, principalmente nas cidades que estão fora do centro de Brasília e do centro do Plano Piloto.

Essa é uma questão fundamental do Distrito Federal, porque é uma questão que envolve segurança pública, direito à cidade, para que as pessoas voltem a ocupar a rua à noite, sair para fazer uma caminhada, sair com o cachorro para passear, com seu animal de estimação, porque hoje temos um problema grave.

Esta casa está autorizando mais de 200 milhões de reais para a CEB. É fundamental que a CEB, inclusive, apresente um cronograma de substituição dessas luminárias para que possamos acompanhá-lo.

Inclusive, foi apresentado pela própria companhia um documento que informa que, a partir do dia 31 de março deste ano – ou seja, já está em vigência –, os parlamentares não mais poderão destinar recursos por meio de emendas parlamentares para que esse processo de substituição seja feito.

Então, é muito importante que também haja transparência com o recurso público e que sejam privilegiadas não só determinadas áreas da cidade, mas que o conjunto do Distrito Federal possa contar com a iluminação de LED, que, repito, é fundamental para um conjunto de direitos e garantias da população do Distrito Federal, que hoje sofre em várias regiões com a escuridão, com a falta de iluminação e, conseqüentemente, com problema de ocupar a própria cidade e de segurança pública.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado. Realmente é extremamente importante a questão levantada por V.Exa.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, no caso – apenas para esclarecer sobre a fala do deputado Gabriel Magno –, nós fizemos a primeira etapa, que foi votar a subsidiária para permitir que a CIP, a Contribuição de Iluminação Pública, saísse da Secretaria de Obras e fosse direto para a subsidiária CEB Ipes.

Agora, é a questão orçamentária que está sendo feita. O governo ainda está colocando uma usina fotovoltaica piloto para atender e diminuir o custo da energia pública em relação a isso. Mas quero deixar claro que o governo Ibaneis foi o único que enfrentou essa questão de renovação. Existem locais onde há essa lâmpada de mercúrio, que não é nem essa de sódio, que são lâmpadas que iluminam pouco e gastam mais.

Eu gostaria de falar que as emendas parlamentares de todos os deputados que estão destinadas à CEB Iluminação devem ser direcionadas para outras áreas, porque não há como atendê-las, tendo em vista esse novo modal da subsidiária.

A determinação do governador Ibaneis é que sejam atendidas todas as demandas dos parlamentares que envolvem investimentos em todas as 35 cidades do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, 2 questões precisam ficar esclarecidas.

Primeiro, deputado Robério Negreiros, o maior investimento que aconteceu em energia, em geração de energia, no Distrito Federal, foi no governo Cristovam Buarque, quando aquele governador determinou que a CEB entrasse como sócia em 2 geradoras de energia – estou falando de geradora, não estou falando de distribuição –, a CEB Lajeado, em Tocantins, em cujo lançamento eu estive, e a CEB Queimado, perto de Unai. A CEB, naquele momento, passou a ser geradora de energia.

Mais 1 questão precisa ser dita: tínhamos combinado no Colégio de Líderes que, para que este projeto fosse votado, teria que ser resolvida a questão dos aposentados da CEB. O governo ainda não trouxe uma solução para os aposentados da CEB. Eles tinham plano de saúde, e agora estão morrendo, porque, com o que eles recebem hoje, se contratarem o plano de saúde do Bradesco, não dá para terem o que comer. Ou morrem de doença ou morrem de fome. O governo ficou de apresentar uma proposta. O senhor Edison, que é o presidente da CEB Holding, ficou de vir a esta casa, e não veio.

Há ainda, deputado Robério Negreiros, outra questão: está estipulado que os parlamentares, desde o dia 31 de março, não podem mais apresentar emendas para iluminação. Isso precisa ser resolvido também, porque não vamos concordar com essa determinação da CEB.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Chico Vigilante.

Vou me aliar ao deputado Chico Vigilante na matéria que diz respeito aos servidores da CEB. Isso é algo extremamente grave e já está sendo tratado há muito tempo. De fato, faz-se necessária

uma resposta. Quanto mais demora, mais colegas da CEB vemos morrer sem qualquer assistência. Pedimos uma atenção especial para isso, o deputado Chico Vigilante tem razão.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Fábio Félix.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente.

Primeiro, quero dizer que estamos fazendo a discussão agora porque foi incluído um novo projeto de lei cuja discussão é importante para o debate. Se tivéssemos seguido aqueles 3 projetos de lei, já teríamos superado as votações.

Esse debate da iluminação pública tem uma importância muito grande para a cidade, porque vivemos em uma das piores cidades do país do ponto de vista da iluminação. Por onde você anda nesta cidade, é escuro. Recebemos reclamações de todas as regiões administrativas. Isso coloca em xeque o direito à segurança pública.

Alguns territórios, deputado Hermeto, são melhores, mais iluminados, por conta das emendas parlamentares, da prioridade de alguns administradores ou deputados, mas, do ponto de vista geral, são 5 anos sem política pública geral de iluminação. O governo está atrasado na solução da iluminação pública.

Iluminação é direito à cidade. Iluminação é mobilidade ativa, é a pessoa ter o direito de andar a pé na cidade. Iluminação é garantia de segurança. Hoje, todo mundo na cidade tem sensação de insegurança, mesmo em lugares que não são inseguros, porque não há iluminação pública de qualidade.

Esperamos que, com a ida desse recurso para a CEB Ipes, isso possa ser resolvido definitivamente no Distrito Federal. Há áreas extremamente escuras nesta cidade. Recebemos reclamações – recebemos fotos todos os dias – de diferentes regiões administrativas. Um dia desses eu recebi uma de São Sebastião: não há condição de ninguém andar na rua à noite, de tanto medo, porque não há nenhum poste funcionando. Você recebe foto o tempo inteiro, de quadra desde a Asa Norte até o Sol Nascente, de poste quebrado.

É obrigação do governo entregar para a população do DF uma resolução para a iluminação pública o quanto antes. A CEB Ipes já foi aprovada lá atrás, e agora está na hora de o governo colocar a mão na massa. É um recurso grande, 200 milhões, e esperamos que ele comece a resolver o problema da cidade em relação à iluminação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Fábio Félix.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, apenas quero fazer uma correção na minha fala: quando for ampliação, novas obras em questão de energia, vai-se aceitar a emenda e ela vai servir à Secretaria de Obras.

O presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, deputado Eduardo Pedrosa, vai passar no Colégio de Líderes para orientar a todos os parlamentares sobre a forma de se fazer isso. A efficientização, que é a troca por LED, não vai ser permitida pela questão da subsidiária, e vai haver o atendimento de todas as cidades. E o dinheiro da Cide vai ser o suficiente para a troca durante o período que estão projetando, de 5 anos.

Só queria fazer essa correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Robério Negreiros.

Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, eu queria só externar a convicção de que esse dinheiro, deputado Fábio Félix, será muito bem empregado pela CEB Ipes. Eu posso dizer isso, porque coloquei minhas emendas parlamentares nas cidades que vocês sabem que são minhas bases eleitorais: Candangolândia, que está totalmente iluminada em LED, e Núcleo Bandeirante, com praticamente 100%. Naquela região, nós estamos subindo para o Riacho Fundo. É de suma importância isso, e vemos o resultado, deputado Thiago Manzoni. Quando eu coloquei as emendas, a execução foi imediata.

Hoje, eu fico muito feliz de aprovar esses créditos, porque eu sei que o Distrito Federal, o mais tardar no final do ano, estará totalmente em LED.

Outra coisa: nenhum governo investiu tanto em iluminação pública como o governo Ibaneis, principalmente na ampliação, com a iluminação em LED. Eu desafio qualquer um dos governos que passaram, porque eu acompanhei vários – até mesmo pertenci ao governo do Agnelo –, e nenhum investiu tanto em ampliação e iluminação em LED quanto o governador Ibaneis.

O presidente Edison tem feito um trabalho fantástico à frente da CEB Ipes.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

De fato, são investimentos extremamente expressivos, e precisamos reconhecer isso.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 113:

Discussão e votação, em turno único, dos requerimentos:

Requerimento nº 1.271/2024, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 17 de abril de 2024 em Comissão Geral para discussão do Projeto de Lei Complementar nº 41/2024, que aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências”;

Requerimento nº 1.273/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que “Requer a realização de audiência pública, no dia 16/04/2024, para discutir o asfalto e drenagem do Setor de Mansões e Avenida São Francisco no Grande Colorado da Região Administrativa de Sobradinho II”;

Requerimento nº 1.275/2024, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “Requer a realização de Comissão Geral em 24 de abril de 2024, para debater o Projeto de Lei Complementar nº 41, de 2024, que ‘Aprova o Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília – PPCUB e dá outras providências’”;

Requerimento nº 1.276/2024, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 18 de abril de 2024 em Comissão Geral para debater o Surto de Dengue no Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, dos seguintes requerimentos:

Requerimento nº 1.279/2024, de autoria do deputado João Cardoso, que “requer a realização de Audiência Pública, a realizar-se no dia 19 de junho de 2024, às 10h, no Plenário desta Casa de Leis, para debater sobre o PL 582/2023, que altera o nome do Parque Urbano Bosque do Sudoeste para Parque Urbano Monsenhor Jonas Abib”;

Requerimento nº 1.288/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, que “requer a realização de Audiência Pública para debater as ‘Políticas de Financiamento e Fomento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Distrito Federal’, com foco especial nas propostas de orçamento público, legislação atual e modelos de parcerias, a ser realizada no dia 29 de abril de 2023, às 10 horas, no Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal”.

Item nº 114:

Discussão e votação, em turno único, das moções:

Moção nº 702/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que “Parabeniza e homenageia as pessoas que especifica, pela significativa contribuição para a história, para a cultura e para o desenvolvimento de Ceilândia”;

Moção nº 703/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados para o Empreendedorismo Feminino do Distrito Federal";

Moção nº 704/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Manifesta Moção de Louvor às pessoas que especifica, por ocasião do Dia Mundial do Tênis";

Moção nº 705/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Escola de Música de Brasília";

Moção nº 706/2024, de autoria do deputado Ricardo Vale, que "Manifesta louvor às pessoas abaixo nominadas pelos relevantes serviços prestados à cultura do rock no Distrito Federal";

Moção nº 707/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Mundial de Conscientização do Autismo";

Moção nº 708/2024, de autoria do deputado Pastor Daniel de Castro, que "Reconhece e apresenta Votos de Louvor à Glaydson Rodrigo de Assis Carvalho, pelos relevantes serviços prestados ao Esporte do Distrito Federal";

Moção nº 709/2024, de autoria da deputada Dayse Amarilio, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados na Escola de Música de Brasília";

Moção nº 710/2024, de autoria do deputado Pepa, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos à personalidade que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal";

Moção nº 711/2024, de autoria do deputado Pepa, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor e aplausos à personalidade que especifica pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal";

Moção nº 712/2024, de autoria do deputado Jorge Vianna, que "Parabeniza e manifesta votos de louvor às pessoas que especifica, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal, em ocasião do Dia Mundial de Conscientização do Autismo".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das seguintes moções:

Moção nº 714/2024, de autoria da deputada Doutora Jane, "Moção de Louvor em Sessão Solene para reconhecimento e homenagem, às pessoas que especifica, referente ao Jubileu de Ouro do Centro de Ensino Fundamental Polivalente, a realizar-se no dia 18 de abril de 2024, às 10h, no auditório da Câmara Legislativa do Distrito Federal";

Moção nº 715/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "reconhece e apresenta votos de louvor aos extensionistas rurais relacionadas pelos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento rural do Distrito Federal";

Moção nº 716/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que "manifesta votos de Louvor e homenageia Cronistas Esportivos do Distrito Federal, pelos excelentes serviços prestados ao esporte do DF";

Moção nº 717/2024, de autoria do deputado Martins Machado, que "manifesta votos de Louvor e homenageia profissionais de arbitragem do Distrito Federal, pelos excelentes serviços prestados ao esporte do DF";

Moção nº 718/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que "reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Senhor Leandro Roque de Oliveira, o Emicida, rapper, cantor e compositor brasileiro";

Moção nº 719/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que "reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Senhor Evandro Roque de Oliveira, o Fióti, produtor, compositor, diretor artístico e empresário";

Moção nº 720/2024, de autoria do deputado Max Maciel, que "reconhece e apresenta Votos de Louvor ao Laboratório Fantasma, coletivo de amantes de arte urbana";

Moção nº 713/2024, de autoria do deputado Roosevelt, que "reconhece e apresenta votos de louvor ao 1º SGT QPPMC MANOEL PEREIRA DA SILVA NETO, mat. 200948 e ao 3º SGT QPPMC ALEX

GOUVEIA ROCHA DE SOUZA, mat. 7321708, da Polícia Militar do Distrito Federal, pelo profissionalismo e dedicação demonstrados na brilhante atuação em ocorrência ao salvar a vida de um bebê engasgado”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem “sim” estarão aprovando os requerimentos e as moções; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Houve 7 ausências justificadas.

Estão aprovados.

Nos termos do art. 120 do Regimento Interno e em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão ordinária, para discussão e votação, em segundo turno, dos seguintes projetos:

– Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”;

– Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências”;

– Projeto de Lei nº 989/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$206.699.527,00”;

– Projeto de Lei nº 680/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Institui e inclui o Dia da Maratona do *Correio Brasileiro*, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

E demais itens não apreciados na sessão ordinária, se acordados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

(Levanta-se a sessão às 17h58min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

ACS – Agente Comunitário de Saúde

Avas – Agente de Vigilância Ambiental em Saúde

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo

CEB – Companhia Energética de Brasília

CEB Ipes – CEB Iluminação Pública e Serviços S.A.

CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças

CESC – Comissão de Educação, Saúde e Cultura

Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico

CIP – Contribuição de Iluminação Pública

DER-DF – Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal

DPT – Departamento de Polícia Técnica

DSAP – Departamento de Saúde e Assistência ao Pessoal

Elegis – Escola do Legislativo

GDF – Governo do Distrito Federal

Ibram – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (Brasília Ambiental)
IFB – Instituto Federal de Brasília
Iges-DF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal
PCC – Primeiro Comando da Capital
PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
Procon-DF – Instituto de Defesa do Consumidor do Distrito Federal
Sindivacs-DF – Sindicato dos Agentes de Vigilância Ambiental em Saúde e Agentes Comunitários de Saúde do Distrito Federal
STF – Supremo Tribunal Federal
SUAG – Subsecretaria de Administração.
SUS – Sistema Único de Saúde
UPA – Unidade de Pronto Atendimento

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 10/04/2024, às 17:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1616710** Código CRC: **EFEE299E**.

Ata Circunstanciada da 14ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 14ª
(DÉCIMA QUARTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE ABRIL DE 2024.

INÍCIO ÀS 17H59MIN

TÉRMINO ÀS 18H23MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Declaro aberta a sessão extraordinária, de 9 de abril de 2024, nos termos do art. 120 do Regimento Interno.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o nobre deputado Ricardo Vale a secretariar os trabalhos da mesa.

Solicito aos deputados que registrem suas presenças.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Dá-se início à
ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 1:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 17 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.003/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a transformação de cargos na Carreira Atividades do Meio Ambiente e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada

definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 2:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em segundo turno, com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Parabéns aos servidores do DER e, em especial, ao nosso diretor Fábio, que está representando o nosso diretor Fauzi Nacfur.

Obrigado, Fábio.

Obrigado a todos os servidores do DER pela presença.

Parabéns. (Palmas.)

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.004/2024, de autoria do Poder Executivo, que "Dispõe sobre a alteração da estrutura administrativa e de cargos do Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Obrigado, presidente. Quero parabenizar aqui os servidores do DER e o Sindser pela mobilização.

Acho que esta casa dá uma resposta importante para a categoria.

Eu gostaria de lembrar, presidente, que, nas negociações que foram iniciadas com o governo, com o próprio DER, havia a expectativa de 2 projetos de lei: o da reestruturação, que esta casa vota hoje e dá um sinal importante; e também o da mudança da escolaridade na própria estrutura da carreira.

Então, fica aqui o nosso reforço para que os estudos também avancem e que possam chegar a esta casa o mais rápido possível para avançarmos na pauta dos servidores do DER também, presidente.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Quero me somar com V.Exa. e solicitar aqui que haja esforços necessários por parte da Secretaria de Economia para que esse projeto seja devidamente concluído e encaminhado a esta casa, para que possamos fazer a nossa parte.

Item nº 3:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 989/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados. Houve 6 ausências justificadas.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 989/2024, de autoria do Poder Executivo, que “Abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 206.699.527,00”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 680/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Institui e inclui o Dia da Maratona do Correio Braziliense, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 680/2023, de autoria do deputado Fábio Félix, que “Institui e inclui o dia da Maratona do Correio Braziliense, 21 de abril, no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, o projeto do nobre deputado Hermeto foi incluído na pauta de votação, e temos acordo sobre isso. Nós também tínhamos um PDL de concessão de título de cidadão honorário de Brasília, que estava na pauta do último bloco, e, por um pedido do deputado Thiago Manzoni, nós topamos que iria passar na CCJ. Então, eu gostaria de solicitar a inclusão do referido projeto para votarmos, em bloco, os dois PDLs.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Há acordo dos deputados para colocarmos os 2 PDLs em votação? Até os PDLs que não foram apresentados, se quiserem colocá-los em votação, nós podemos votá-los hoje. (Pausa.)

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (MDB. Sem revisão da oradora.) – Senhor Presidente, peço a inclusão do meu PDL, se possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Devidamente incluído. Obrigado, deputada.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

O homenageado ocupa atualmente um honroso cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral e, além disso, é professor da Universidade de São Paulo. É um constitucionalista consagrado, autor de diversas obras e contribui diretamente para a formação de diversos profissionais do direito. Além disso, ele presidiu a Comissão de Ética da Presidência da República entre os anos de 2020 e 2021.

Assim, fica claro que o homenageado preenche os requisitos constantes na Resolução nº 334/2023, razão pela qual, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 40/2024 (*sic*), de autoria do deputado Hermeto.

Este é o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA – Senhor Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (UNIÃO. Sem revisão do orador.) – Senhor Presidente, eu só queria pedir, se possível, a inclusão do PL nº 728/2023 na pauta de votação. Eu raramente faço isso, mas é porque a criação do Dia do Agente de Trânsito Federal será no mês que vem, no dia 11 de maio, e haverá eventos. Então, queríamos que já estivesse constituída a data.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Acato a solicitação de V.Exa. Solicito que o referido projeto seja incluído na pauta de votação.

Item nº 7:

Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, de autoria da Deputada Jaqueline Silva, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

Na ausência do relator, deputado João Cardoso, solicito à deputada Dayse Amarilio que proceda à leitura do parecer sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para proceder à leitura do parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

A dona Margô Gomes é farmacêutica, foi diretora da Avaliação de Educação Superior pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, consultora da Unesco, pesquisadora do Instituto de Defesa do Consumidor, consultora da Anvisa, conselheira do Conselho de Saúde do Distrito Federal e vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal, membro da Comissão de Ensino do Conselho Federal de Farmácia e coordenadora de inovação e ensino à distância na Capes, consultora do Ministério da Saúde e voluntária da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do projeto de decreto legislativo.

Senhor presidente, procedi à leitura do parecer do deputado João Cardoso, que foi designado como relator.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

Senhor presidente, o parecer da Comissão de Constituição e Justiça é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Item nº 8:

Discussão e votação, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 100/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

Solicito à presidente da Comissão de Assuntos Sociais, deputada Dayse Amarilio, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito à relatora, deputada Dayse Amarilio, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA DAYSE AMARILIO (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

Na análise do projeto, destaca-se que a homenageada cumpre todos os requisitos da Resolução nº 334/2024 (*sic*), razão pela qual nos manifestamos pela aprovação do Decreto Legislativo nº 100/2024, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 deputados.

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 100/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

Antes de proferir o parecer, eu gostaria de parabenizar a jornalista Ana Maria Dubeux Costa pelo trabalho, bem como o *Correio Braziliense* pelo trabalho que desenvolve há muitas décadas aqui no Distrito Federal. Hoje nós aprovamos um projeto de lei sobre a maratona do *Correio Braziliense*, portanto, deixo esse registro em relação ao trabalho que ela desempenha, bem como ao referido jornal.

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que "Concedo Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares".

Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que "Concedo Título de Cidadão Honorário de Brasília ao doutor André Ramos Tavares".

O parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Conselheiro Inácio Magalhães Filho".

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2023, de autoria deputado Wellington Luiz, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Conselheiro Inácio Magalhães Filho".

Deputado Wellington Luiz, eu gostaria de felicitá-lo pela proposição do título de cidadão honorário ao conselheiro Inácio. Ele tem muitas virtudes, apesar do grande defeito de ser botafoguense, como V.Exa.; mas é uma grande pessoa e desempenha um grande trabalho no Distrito Federal.

O parecer da CCJ quanto à proposição é no sentido de admiti-la.

Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários

queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 deputados.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Ricardo Vale.

Agradeço ao deputado Thiago Manzoni, apesar da gracinha com o nosso Botafogo. Nós não batemos nos mais fracos, deputado Thiago Manzoni; temos dó, seja compreensivo. (Risos.)

Obrigado, deputado.

Votação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 104:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 49/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que "Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Rodrigo Cavalcanti Magalhães - Tico Magalhães, Capitão do Grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro".

Item nº 105:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski".

Item nº 106:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 100/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que "Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a jornalista Ana Maria Dubeux Costa".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares".

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que "Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Conselheiro Inácio Magalhães Filho".

(Assume a presidência o deputado Ricardo Vale.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os deputados que votarem "sim" estarão aprovando os projetos; os que votarem "não" estarão rejeitando-os.

Solicito às senhoras e aos senhores deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Votação encerrada.

A presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 8 ausências.

Estão aprovados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (MDB. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do §

1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se deem como lidas e aprovadas as redações finais.

PRESIDENTE (DEPUTADO RICARDO VALE) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 49/2023, de autoria do deputado Gabriel Magno, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao senhor Rodrigo Cavalcanti Magalhães - Tico Magalhães, capitão do Grupo Seu Estrelo e o Fuá do Terreiro”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 81/2024, de autoria da deputada Jaqueline Silva, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília a Senhora Margô Gomes de Oliveira Karnikowski”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 100/2024, de autoria da deputada Paula Belmonte, que “Concede o Título de Cidadã Honorária de Brasília a jornalista Ana Maria Dubeux Costa”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 90/2024, de autoria do deputado Hermeto, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Dr. André Ramos Tavares”.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 51/2023, de autoria do deputado Wellington Luiz, que “Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor Conselheiro Inácio Magalhães Filho”.

Em discussão as redações finais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, as redações finais são consideradas definitivamente aprovadas, dispensada a votação.

Os projetos vão a promulgação.

(Assume a presidência o deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

Acho que não há mais nada a tratar. Está todo mundo à porta.

Ainda há o Projeto de Lei nº 728/2023, dos agentes de trânsito, que o deputado Eduardo Pedrosa pediu para votar.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões.

Solicito ao presidente da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana, deputado Max Maciel, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO MAX MACIEL – Senhor presidente, designo o deputado Martins Machado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Martins Machado, que emita parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana.

DEPUTADO MARTINS MACHADO (REPUBLICANOS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana ao Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

O nosso voto é pela aprovação do projeto de lei nº 720/2023 (*sic*).

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Martins Machado.

DEPUTADO MARTINS MACHADO – Senhor presidente, apenas corrigindo: nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 728/2023.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça, deputado Thiago Manzoni, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Solicito ao relator, deputado Thiago Manzoni, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

Presidente, o parecer da CCJ é pela admissibilidade da proposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 deputados.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Em atendimento ao Requerimento nº 1.099/2024, convoco as senhoras e os senhores deputados para a segunda sessão extraordinária de hoje, com início imediato após esta sessão, para a discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h23min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

Sindser – Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 10/04/2024, às 17:02, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1616714** Código CRC: **D013FF50**.

Ata Circunstanciada da 15ª Sessão Extraordinária

ATA DE SESSÃO PLENÁRIA

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª
(DÉCIMA QUINTA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 9 DE ABRIL DE 2024.**

INÍCIO ÀS 18H23MIN

TÉRMINO ÀS 18H59MIN

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a segunda sessão extraordinária de 9 de abril de 2024.

Solicito que as senhoras e os senhores deputados registrem a presença nos terminais para verificação do quórum.

(Procede-se à verificação do quórum por meio do painel eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Procederemos à votação do item único da pauta.

Item único:

Discussão e votação, em segundo turno, do Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 deputados.

DEPUTADO RICARDO VALE – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 1.098/2024, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Não havendo objeção do Plenário, a presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 728/2023, de autoria do deputado Eduardo Pedrosa, que “Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal o Dia do Agente de Trânsito do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FÉLIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, passo só para elogiar a Secretaria de Estado de Educação de Goiás e a Secretaria de Estado de Educação do Paraná,

que devolveram às bibliotecas públicas o livro *O Averso da Pele*, do escritor Jeferson Tenório. As obras foram retiradas a mando dos governadores. As secretarias de educação fizeram uma releitura técnica do trabalho sério que o livro *O Averso da Pele* tem e de sua importância para a literatura tanto no ensino médio quanto na EJA. As 2 secretarias de educação, dirigidas pela direita, mandaram que o livro voltasse para as bibliotecas, pela importância dele para a literatura.

Quero parabenizar a atitude correta das secretarias de educação tanto do Goiás quanto do Paraná. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO THIAGO MANZONI (PL. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, quero começar parabenizando V.Exa. pelos trabalhos de hoje e parabenizando o deputado Eduardo Pedrosa, que está mais leve, mais feliz. Ontem S.Exa. fez uma bela postagem – saiu até nos blogues do Distrito Federal – em homenagem à doutora Larissa.

Deputado Eduardo Pedrosa, parabeno V.Exa. pelo relacionamento e pela sua conduta na Câmara Legislativa também. É muito bom conviver com V.Exa. nesta casa. Obrigado por ser essa pessoa que sempre é: solícito e disposto a ajudar os outros. Se ela faz parte disso, eu a parabeno também, porque tem produzido um grande homem.

Feita a homenagem e a parabenizando pelo seu natalício, eu prossigo, presidente.

Hoje foi muito discutida aqui a questão relacionada ao Elon Musk, a toda essa torrente de informações que está nas redes sociais a respeito do Brasil, do Poder Judiciário brasileiro e do momento que o Brasil vive. Nós vivemos um momento atípico na história brasileira, pelo menos no que diz respeito à vulnerabilidade e à exposição do Poder Judiciário brasileiro e da corte mais alta do Brasil: o Supremo Tribunal Federal, a nossa corte constitucional.

Ainda em 2019, foi aberto, pelo Supremo Tribunal Federal, um inquérito que foi apelidado de Inquérito das Fake News. Esse inquérito – nas palavras do então ministro Marco Aurélio Mello – era o Inquérito do Fim do Mundo. Esse inquérito – no entendimento do ministro Marco Aurélio Mello – desrespeitava os princípios mais básicos do direito brasileiro, desrespeitava a nossa Constituição Federal, porque não poderia – no entendimento que exarou o ministro – o próprio Supremo Tribunal Federal ser a vítima e o solicitante de abertura do inquérito e aquele que decide pela abertura e aquele que investiga os fatos em um inquérito e aquele que vai julgar as pessoas que estão sendo investigadas! Na medida em que isso tudo é impossível – ou deveria ser impossível –, no direito brasileiro, o ministro Marco Aurélio chamou o Inquérito das Fake News de o Inquérito do Fim do Mundo. Acontece que, depois que o Inquérito das Fake News foi aberto...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Houve uma série de outros inquéritos abertos no Supremo Tribunal Federal. Todos eles têm um elemento em comum: começam e não têm data para acabar. Então, hoje há inquéritos tramitando no Supremo Tribunal Federal há anos. Eles simplesmente não acabam.

A coisa foi tomando uma proporção tão grande que grande parte da população brasileira – e isso que eu vou dizer aqui é muito importante – começou a duvidar mesmo das próprias instituições da nossa democracia. A situação ficou tão grave, mas tão grave, que pesquisas foram feitas e apontaram para a descredibilidade das instituições da nossa democracia.

Eu vou pedir, presidente, já que estamos aqui...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Para não deixar mais a marcação do tempo no painel, porque V.Exa. vai ter que ficar apertando o botão toda hora para ligar de novo o microfone. Se eu puder falar aqui, não vou passar de 40 minutos, prometo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Até 55 minutos V.Exa. está autorizado. Mais que isso, eu só darei mais 30 minutos.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado. Agradeço a V.Exa., presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Por favor, não interrompa mais o meu

presidente.

DEPUTADO THIAGO MANZONI – Obrigado.

Esses inquéritos que foram criados não têm data para acabar e simplesmente são prorrogados vez após vez. Entre as pessoas que estão sendo investigadas nesses inquéritos, além da população – que passa a desacreditar as próprias instituições, o que é pior –, muitas desacreditam o nosso Supremo Tribunal Federal, a nossa corte constitucional, o órgão mais alto do nosso Poder Judiciário, que já foi tão admirado.

Agora, pior do que esse descrédito é a vida das pessoas que se encontram sendo investigadas nesses inquéritos, porque estas têm o seu direito de se expressar tolhido, porque elas nunca sabem o que vai ser aceito e o que não vai ser aceito. Muitas delas tiveram mesmo as suas redes sociais banidas ou suspensas por um tempo. Por coincidência, grande parte das suspensões aconteceu durante o período eleitoral de 2022. E, por uma coincidência da vida, também, os parlamentares de direita e os ativistas de direita é que tiveram as suas contas suspensas.

Eu dou exemplos. O deputado federal Gustavo Gayer, depois de eleito, entre o primeiro e o segundo turno, teve a sua conta suspensa. O deputado federal Nikolas Ferreira teve a sua conta suspensa. A deputada federal Bia Kicis teve sua conta suspensa. E essas pessoas respondem naqueles inquéritos, elas são investigadas.

Então, é como se sempre houvesse uma navalha. É como se elas sempre estivessem no fio da navalha. “Cuidado com o que você vai falar, porque não só o seu direito de se expressar, mas o seu mandato e eventualmente a sua liberdade estão sob risco.” Mas estão sob risco pelo quê? “Pelo que você eventualmente vai dizer.”

Ora, se essas pessoas, parlamentares, estão sob risco por aquilo que vão dizer, é porque nós estamos em um momento que não é comum na história do Brasil. Se até parlamentares, que têm imunidade parlamentar, garantia constitucional de que são invioláveis pelas suas opiniões, estão tolhidos de dizer tudo o que pensam, é porque o momento é grave.

A escalada de censura – e eu vou repetir: censura – durante o período eleitoral foi tão grande que a ministra Cármen Lúcia se manifestou ao votar e falou assim: “A nossa Constituição da República proíbe censura, mas hoje eu vou votar a favor, desde que seja somente até o dia 31 de outubro de 2022”. Não, mas calma aí! Como assim a Constituição proíbe e nós vamos permitir só até o dia 31? Ela falou assim: “É porque nós estamos em um momento diferente da nossa história e nós não podemos permitir que todos os discursos sejam proliferados nas redes sociais, porque nós vamos ter eleições daqui a pouco”. Ora, e aí você proíbe as pessoas de falarem durante as eleições? Foi o que aconteceu.

Era para ser só até o dia 31 de outubro, mas agora, recentemente, o proprietário da rede social X, ex-Twitter, veio a público e expôs fatos que, se forem verdadeiros, até bem pouco tempo atrás, seriam capazes de fazer cair a República. O que ele disse, textualmente, é que o Twitter recebeu ordens do Poder Judiciário para retirar publicações do ar e retirar contas do ar. E, segundo as palavras do dono do Twitter, ele deveria fazer isso dizendo que as contas estavam suspensas por violarem as práticas da rede social – e não por uma ordem judicial! Isso é gravíssimo!

Se o que esse homem está falando é verdade... Bom, ele mesmo trouxe a consequência do que deveria acontecer: então, quem deu a ordem deveria responder. E ele escreve isso e posta. Ele escreve e posta!

Os contra-argumentos que nós ouvimos aqui vão no sentido de difamar a pessoa que está falando, mas o que ele falou é grave. O fato tem que ser apurado, não importa se o pessoal da esquerda acha que é errado ser bilionário e o rotula de bilionário mimado. Não importa, porque, ao comunicar um fato de tamanha gravidade, a República brasileira está em risco, se isso que ele falou é verdade. O que deveríamos apurar? Isso aconteceu de fato? É verdade ou é mentira? É verdade? Ou é mentira?

As postagens do Elon Musk são dirigidas, nominalmente, a um juiz brasileiro da Suprema Corte, S.Exa., o ministro Alexandre de Moraes. São postagens que ele faz diretamente. E o que vimos aqui hoje à tarde é uma tentativa de rotular quem levou a mensagem, mas sem analisar, ao menos, se o que ele está falando é verdade ou não.

O que o Brasil precisa saber hoje é se o que ele está falando é verdade ou não, porque, se for verdade, é gravíssimo. Nós estamos diante de um acontecimento que retira o Brasil da condição de um Estado democrático de direito. Se o que ele está falando é verdade, nós já não estamos mais sob o império da lei. Acabou. E nós ficamos, aqui, na CPI, deputado Pastor Daniel de Castro, muitas vezes,

falando sobre o império da lei.

Nós aguardamos, como brasileiros, que sejam apuradas as denúncias que foram feitas e que sejam tornados públicos os documentos e as decisões que mandaram suspender tuítes e contas, para que o povo brasileiro saiba o grau de vinculação a que essas decisões estão submetidas. Até que ponto elas estão submetidas à lei? Até que ponto elas não estão? É isso que precisa ser discutido, é isso que nós precisamos debater.

De um jeito ou de outro, o que se vê é que a esquerda e o governo Lula aproveitam a ocasião para tentar impor mais censura. E aí, já que isso está acontecendo, é quase uma obrigação votar o Projeto de Lei nº 2.630, a Lei da Censura, para colocar uma mordaza em quem? Na direita brasileira. Por que quem está proibido de falar hoje? A direita brasileira. A esquerda pode tudo. Pode até chamar aqui, como nós já vimos, juízes e procuradores de ladrões. Já aconteceu aqui. A direita não pode. Sob o pretexto de uma pretensa, falsa e hipócrita garantia da soberania brasileira, o que eles pretendem agora é levar o Brasil de vez no caminho da Venezuela.

Se olharmos o caminho que a Venezuela trilhou, a palavra soberania nacional foi apresentada inúmeras vezes, para defender toda sorte de abusos, de crueldades e até de assassinatos contra o próprio povo venezuelano.

O que surge neste momento, aqui, no Brasil? Precisamos defender a soberania. É o que diz o governo Lula. Não há soberania em risco aqui.

Durante os últimos 15 meses, o que nós mais ouvimos falar foi sobre uma suposta tentativa de golpe, que o Bolsonaro teria tentado dar um golpe. Só se fala de Bolsonaro. Agora, se o que Elon Musk está dizendo é verdade, a democracia do Brasil já foi golpeada, está sendo golpeada.

Nós temos a obrigação, tanto nesta casa, quanto no Congresso Nacional, quanto em todos os órgãos de investigação, de saber se o que ele está dizendo é verdade ou não.

Eu encerro falando que Elon Musk foi incluído em um inquérito e vai ser investigado, mas ele foi incluído de ofício, sem pedido do órgão de acusação – Ministério Público e PGR –, que oficia perante o Supremo Tribunal Federal. Não é correto.

Aqui eu encerro e ouço as palavras do deputado Pastor Daniel de Castro.

Obrigado, presidente.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Obrigado, deputado Thiago Manzoni.

Essas pessoas que tiveram suas contas bloqueadas são da esquerda, não são?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Ah, são da direita. Alguém da esquerda?

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Sabem por que não há ninguém da esquerda? Olhem só a matéria do portal Poder360, de 8 de abril de 2024. Título da matéria: *Petistas que hoje defendem Moraes o chamavam de "golpista" em 2016*. O que aconteceu com eles? Nada. Democracia, liberdade de expressão.

Portal do Senado Federal, matéria de 19 de abril de 2019, 5 anos atrás: *Senadores pedirão impeachment de Moraes*, e o pedido conta com apoio de quem? Do senador do PT Randolfe Rodrigues.

Portal Metrôpoles, matéria de 31 de agosto de 2023. Título: *Site oficial do PT mantém crítica a Moraes*. "Ele despreza as instituições." Esquerda. O que aconteceu? Nada. Liberdade de expressão.

Segundo o autor da matéria, o jornalista Paulo Cappelli, um dos textos diz que – abre aspas – "o ministro do Supremo Tribunal Federal é despreparado, parcial, despreza as instituições e teve atuação desastrosa como secretário de segurança pública de São Paulo". Palavras do jornalista Paulo Cappelli, em 2023.

Eu pergunto: o que mudou, para o PT sair em defesa desse ministro? Quem mudou? O ministro Alexandre, o PT ou a conveniência da esquerda?

Sinceramente, quando nós testemunhamos a esquerda sair em defesa do mesmo ministro que ela passou anos criticando, é algo tão incoerente que só, mesmo, a própria esquerda acredita no que ela fala. Acusa a direita do que ela é.

Vivemos um Estado totalitário, de exceção, que não tem nada a ver com democracia. Isso é, simplesmente, calar a voz de uma direita que tem muita voz; de um presidente que não foi reeleito, mas que tem povo e sai à rua contra um presidente eleito, que está preso no Palácio do Planalto porque não consegue sair à rua.

Obrigado, deputado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, deputado.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO (PT. Sem revisão do orador.) – Presidente, boa noite. Entramos nesta noite de terça-feira, 9 de abril.

Presidente, quero responder algumas das questões que foram tratadas. Primeiro, quero falar do ato gravíssimo que aconteceu neste final de semana e no dia de ontem.

O que aconteceu nas redes sociais foi que o dono de uma rede social se achou no direito de atacar a democracia brasileira e a República Federativa do Brasil e se achou no direito de fazer esse ataque por conta da sua conta bancária.

É preciso que a classe política deste país se unifique em defesa da República, da democracia brasileira, porque não é tolerável ninguém fazer esses ataques. Só porque é bilionário, não tem o direito de atacar as instituições. O que o senhor Elon Musk fez foi pedir a prisão, o *impeachment* e outras coisas do ministro do Supremo Tribunal Federal na rede social de que é dono.

Eu quero lembrar aqui, presidente, que o Twitter, no ano passado, já sob domínio do senhor Elon Musk, foi usado para estimular massacres em escolas e creches no Brasil – tudo sem a interferência, sem a regulação que era necessário fazer. Isso é crime. Esse mesmo Twitter tem sido usado como instrumento e plataforma para disseminação de ódio, para disseminação de crimes, de atentados, inclusive, terroristas.

É preciso regular a rede social, presidente, porque a rede social e a internet não são terra sem lei. Não se pode fazer na internet, na rede social, o que é crime na legislação brasileira. Estar atrás de uma tela como usuário não permite que se cometa crime neste país. Por isso, é importante a regulação.

O comportamento do Elon Musk é similar ao comportamento de líder de organização criminosa, de gângster, que ameaça a justiça, que tensiona o Poder Judiciário brasileiro. Ameaça como, presidente? “Eu vou tirar dinheiro. Eu vou fazer ação social.” É assim que se organizam as organizações criminosas neste país, as facções criminosas, o tráfico, o crime organizado. É esse o *modus operandi* que o senhor Elon Musk quer usar contra a República brasileira. Não vai conseguir, porque este país agora tem um governo que defende a soberania, sim, defende o que está escrito na letra da Constituição, diferentemente da extrema direita que governou este país nos últimos anos, que tinha um presidente golpista, agora inelegível, que se orgulhava de bater continência para a bandeira dos Estados Unidos. Esse tempo acabou neste país.

Nós temos um governo que se orgulha da soberania nacional e que não vai rebaixar os interesses nacionais a nenhum empresário estrangeiro. Ao contrário, o que tem acontecido no Brasil, no governo Lula, é a atração, cada vez maior, de investimentos internacionais para se gerar emprego e se estimular a economia.

Quero terminar, presidente, dizendo para a extrema direita e para o bolsonarismo que, de fato, a noção de democracia é diferente entre nós. Há questões que a extrema direita talvez não vá entender, porque nós – a esquerda brasileira, o Partido dos Trabalhadores – não mudamos de posição nem temos problema de mudá-la. Nós temos profundas diferenças ideológicas com o senhor ministro Alexandre de Moraes – profundas. Ele esteve nesta casa recentemente e expressou essas profundas divergências ideológicas.

(Soa a campanha.)

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – O senhor ministro Alexandre de Moraes, nesta casa, usou a

tribuna – não esta, porque estava no auditório – para dizer, por exemplo, que, na opinião dele, o melhor presidente da república foi o golpista Temer.

Nós temos profundas divergências. Isso não impede que tenhamos acordos sobre a defesa da democracia e das instituições. Divergir ideologicamente de alguém, para nós do Partido dos Trabalhadores, não é motivo para perseguição ou para nunca concordarmos em alguma agenda.

A extrema direita não consegue entender isso. Ela só consegue concordar com quem defende as mesmas teses que ela possui – as teses do negacionismo, do golpe. Então, é difícil mesmo, pois temos concepções diferentes do que é democracia.

Inclusive, eles citam agora perseguição, censura. Não vi ninguém aqui criticar a postura do Partido Republicano e do Democrata nos Estados Unidos, em relação ao que fez com a rede social, com o Tik Tok: ou vende a empresa para o empresário estadunidense, ou fecha.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Deputado Gabriel Magno, é necessário encerrar – no máximo, 40 minutos.

DEPUTADO GABRIEL MAGNO – Estou terminando, presidente.

Não vi. Há um silêncio profundo, porque para eles, as democracias, de fato, têm valores diferentes. O ex-presidente que eles defendem prestava – e se orgulhava disso – continência para a bandeira dos Estados Unidos, e abandonou o Brasil.

Quero encerrar, presidente, dizendo que a democracia brasileira foi atacada mesmo. Ontem à noite, adivinhe só, Flávio Bolsonaro – que é filho do golpista, do inelegível, do genocida brasileiro, o ex-presidente Jair Bolsonaro – esteve ao vivo no Roda Viva e confessou o crime.

Admitiu que ele, a sua família e o núcleo duro do ex-governo golpista pensaram e planejaram o golpe. Ainda usou uma analogia que é “imagine você se a gente planeja aqui enforcar alguém”. Isso é típico do bolsonarismo, que pensa em morte; é típico do bolsonarismo, que tem aliança com as milícias – assassinar alguém até faz parte do roteiro. Foi essa a analogia utilizada pelo Flávio Bolsonaro ontem. “Só que, na hora *h*, nós desistimos.” Confessou o crime. A democracia brasileira foi atacada e esteve sob ameaça. É por isso que os golpistas estão sendo julgados, serão julgados com amplo direito de defesa. É por isso que eles estão desesperados agora, querendo anistia. Não haverá anistia para golpista neste país, presidente.

Boa noite e obrigado pela tolerância de permanecerem até esta hora.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Senhor presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Senhor presidente, este debate aqui é educativo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Passo a presidência ao deputado Thiago Manzoni.

(Assume a presidência o deputado Thiago Manzoni.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu assumo em seu favor, porque nós vamos ter que destruir as narrativas da esquerda. Eles falam de um presidente inelegível e esquecem que o presidente deles é um descondenado – condenado em 3 instâncias por unanimidade.

Há delações, inclusive delatores do PT. Todos os tesoureiros do PT falaram: “Lula recebeu dinheiro lá fora!” Esse é o presidente que eles defendem, que eles tentam defender. Diga-se de passagem: é um presidente livre e preso; eleito, mas sem povo. Ele não anda na rua. Aliás, ele anda de avião; ele viaja. São 8 milhões e meio de reais gastos no cartão corporativo com viagens internacionais para satisfazer o desejo da senhora Janja.

Olhe o que diz, deputado Thiago Manzoni, o *site* 360. Nesse período, o perfil do PT, no X, postava tuítes chamando o ministro Alexandre de golpista. Uns levam a *links* de reportagens do *site* do partido que criticam o magistrado. Olhe aqui, deputado presidente Thiago Manzoni, *site* do PT! V.Exa. sabia disto? “Alexandre Moraes, ministro golpista da justiça, recebeu 4 milhões de empresas investigadas pela Polícia Federal.” É o PT que está falando! O PT está acusando o ministro Alexandre de Moraes, então ministro da justiça, de receber dinheiro do crime organizado! Olhe o que o PT Brasil disse: “Ministro golpista Alexandre de Moraes recebeu 4 milhões de empresa

investigada". Olhe o que diz aqui o PT Brasil: "Ministro da Justiça é golpista". Eles chamam o Alexandre de Moraes de golpista, chamaram o tempo todo! Está lá: "Ministro da Justiça deve prestar explicações na Câmara Federal". PT Brasil: "Conselheiros criticam a atuação do ministro golpista da justiça em crise prisional e na elaboração do plano de segurança".

Eles acabavam com o ministro Alexandre de Moraes. O magistrado ficou no cargo de maio de 2016 a fevereiro de 2017, quando foi indicado à Suprema Corte. À época, a deputada federal presidente do PT Gleisi Hoffmann criticou a indicação, durante a sabatina na CCJ da casa alta, e disse – abre aspas para o que a Gleisi Hoffmann falou para o Alexandre de Moraes –: "Seu ingresso na Suprema Corte é prejudicial à democracia". Agora, a Gleisi defende o ministro dos ataques do dono do X e diz reconhecer seu papel na defesa dos direitos e das garantias constitucionais contra quem o ataca.

Na verdade, pensamos assim: o que mudou? Não foi a direita que mudou, não. Na verdade, o que eles querem é uma réplica de ditadura de países ditatoriais. Eles querem calar, deputado Thiago Manzoni, uma parcela da população. Eles querem calar a direita. Eles querem que sejam caçadas as contas, os *twitters* dos influenciadores da direita.

Faço uma pergunta. Onde está a Mynd8? Onde está a Choquei, que levou uma pessoa ao suicídio? Onde estão a Mynd8 e a Choquei, no inquérito das *fake news*? Elas não vão para o inquérito porque são os grandes influenciadores da esquerda.

Pessoal, está ficando muito feio. Está ficando assim: a esquerda tudo pode, e a direita tem que ser calada. Então, quando o dono da rede X, antigo Twitter, traz... Não estou concordando com as suas posições, por mais que eu concorde com muitas delas, mas espero que ele seja ouvido.

O deputado que me antecedeu acabou de falar: "Eles estão tendo todas as garantias e direitos fundamentais preservados". Como? Cidadãos que nunca cometeram crime, sem foro privilegiado, respondendo ante o Supremo Tribunal Federal, já tirando deles o duplo grau de jurisdição e a ampla defesa e o contraditório! Um processo desse por si é natimorto, não tem que prosperar.

Estão retirando direitos e garantias de cidadão de bem, de gente que nunca praticou um crime pegando 14 anos, 15 anos de prisão...

(Soa a campanha.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – ... e eles batendo palmas. Eles batendo palmas, esquecendo que o presidente deles foi condenado em 3 instâncias e cumpriu mais de 500 dias de cadeia, de onde nunca deveria ter saído. Num processo justo, normal, o Lula nunca deveria ter saído da cadeia para disputar a presidência da República.

E eles não entendem que o povo não aceita isso. E mais: o povo não entende isso, porque o povo entende o seguinte: "O crime não compensa". E o que pregávamos o tempo todo. Nós como operadores de direito é o que falamos o tempo todo: "Crime não compensa". E continuamos dizendo que não compensa, mas, na verdade, o crime está compensando para um lado. E não é para a direita, não é para a direita.

Nós da direita, em tudo o que fazemos, estamos sendo investigados, analisados, gravados e preparados para, a qualquer momento, responder a alguma coisa, sem sermos criminosos.

E esse povo? Esse povo pode tudo. Mente. Lula mente descaradamente. Olhem os móveis. Foi 1 ano e 3 meses para poder descobrir que os móveis estavam lá no palácio. Aliás, depois foram acusar o Bolsonaro de procurar uma embaixada para se esconder para fugir. Não, se o Bolsonaro quisesse fugir, era só se misturar naqueles móveis do palácio, que eles não encontravam o Bolsonaro.

A verdade é que querem desconstruir um presidente que tem moral, que tem gente, que tem seguidores, para que eles possam se perpetuar no poder, junto com toda essa milícia digital que eles têm propagando as suas *fake news* – porque aí não são *fake news*, são liberdade de informação, de expressão; enquanto aniquilam a direita, que não pode falar nada, dizendo que é *fake news*. Aí, retiram a conta, retiram o Twitter. Ou seja, querem calar a direita.

Estão redondamente enganados! Ninguém vai calar a direita, ninguém vai calar o nosso líder, porque nós temos moral e nós temos orgulho do nosso líder: presidente Jair Messias Bolsonaro. Nós vamos continuar falando dele, nós vamos continuar defendendo-o, porque não é criminoso como é o descondenado.

Presidente, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO THIAGO MANZONI) – Deputado Pastor Daniel de Castro, eu responderia algumas das coisas que S.Exa. falou, mas, na medida em que o deputado Gabriel Magno se retirou, vou me abster de falar novamente.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h59min.)

Siglas com ocorrência neste evento:

CCJ – Comissão de Constituição e Justiça

EJA – Educação de Jovens e Adultos

PGR – Procuradoria-Geral da República

As proposições constantes da presente ata circunstanciada podem ser consultadas no [portal da CLDF](#).



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Registro e Redação Legislativa**, em 10/04/2024, às 17:01, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1616727** Código CRC: **84A3A625**.

Se você envia documentos para publicação no
DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
então esse recado é pra você!

5 dicas para ter o seu documento publicado sem problemas

1

Use o SEI

Precisamos da sua assinatura digital e do QRCode

Envie os originais

PDF só se for de documento externo à CLDF

2

3

Use os modelos

O SEI disponibiliza modelos para os documentos

Veja esse resumo

Tahoma 12

4

5

Cuidado com as tabelas

770 pixels ou 100%

clique e saiba mais...

Trabalhando juntos podemos oferecer
um serviço de qualidade para a população do DF.



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL